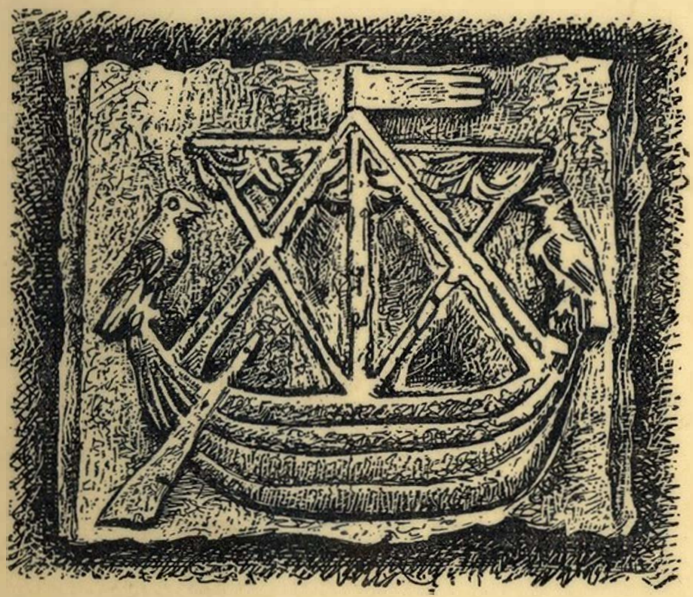
NORBERTO DE ARAÚJO

INVENTÁRIO DE LISBOA

Fasciculo 8



Edição da
CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

INVENTÁRIO

DE

LISBOA

Incorporação
NOV. 1962
~~399~~ 8 A.
O-1719 A.

INVENTÁRIO DE LISBOA

por

NORBERTO DE ARAÚJO

Fascículo VIII

BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA
~~Reg. Priv. nº 326~~
R. Pr. ~~1507~~
R. 16374

C. M. L.
1 9 5 0

3

Capa de MARTINS BARATA
Ilustrações de JOSÉ ESPINHO
Fotografias de HORÁCIO NOVAIS

FASCÍCULO I — **Monumentos nacionais** — Castelo, Sé, Jerónimos, Torre de Belém, S. Vicente, Basílica da Estrela, Aqueduto das Águas Livres.

FASCÍCULO II — **Sistemas defensivos** — Cerca Moura (século XII), Cerca de D. Fernando (século XIV), Defesas marítima e terrestre (século XVII), Campo Entrincheirado (século XIX).

FASCÍCULO III — **Paços e Palácios Nacionais** — Belém, Bemposta, Necessidades, Ajuda e Assembleia Nacional.

FASCÍCULO IV — **Outros palácios do património nacional** — Almada, Alvor, Calheta, Marialva (Belém), Niza, Ega, Burnay (Junqueira), Lavradio, Barbacena, Penafiel, Foz e Farrobo (Laranjeiras).

FASCÍCULO V — **Palácios municipais** — Távora-Galveias, Mitra, Paços do Concelho (referência) e Folgosa. — **Palácios particulares** — Casa dos Bicos, Palácios Almada-Carvalhais e Belmonte.

FASCÍCULO VI — **Palácios particulares** (continuação) — Azambuja, Fronteira, Abrantes, Arcos, Azevedo Coutinhos, Pombal, Flor da Murta, Olhão-Castro Marim, Óbidos, Figueira, Redondo.

FASCÍCULO VII — **Palácios particulares** (continuação) — Sabugosa, Azurara, Rosa, Mitelo, Tancos, Anadia, Calhariz, Ribeira, Valadares, Vagos.

FASCÍCULO VIII — **Palácios particulares** (continuação) — Copeiros Mores, Águias, Lázaro Leitão, Galvões Mexias, Ludovice, Lafões, Guiões, Quintela, Praia e José Maria Eugénio.

Palácios, Casas pitorescas, Igrejas paroquiais (seguir a ordenação exposta na folha-sumário do fascículo I).

VOLUME ESPECIAL — **Casas da Câmara de Lisboa** (estudo histórico) e **Paços do Concelho** — por Luís Pastor de Macedo e Norberto de Araújo. — *No prelo.*

PALÁCIOS PARTICULARES HISTÓRICOS

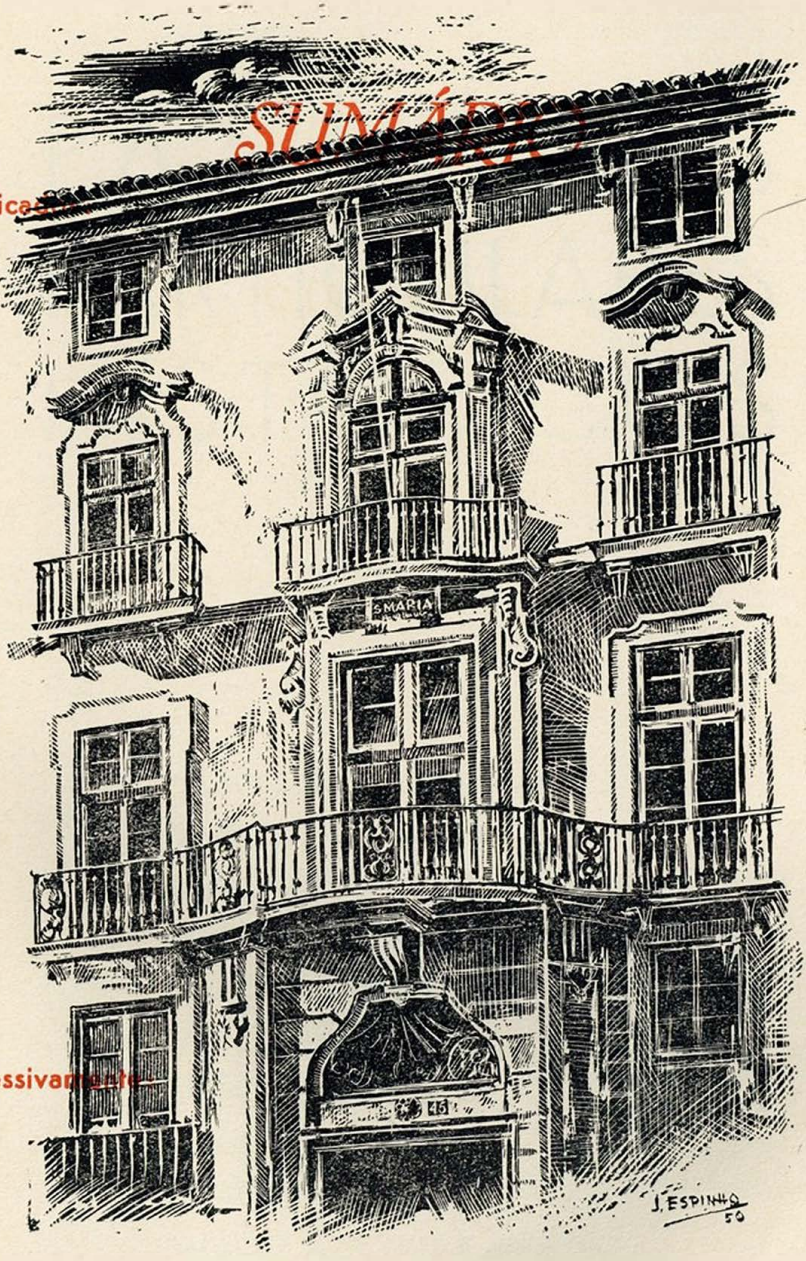
PALÁCIO DOS COPEIROS-MORES
PALÁCIO DAS ÁGUIAS
CASA NOBRE DE LÁZARO LEITÃO
PALÁCIO DOS GALVÕES MEXIAS
PALÁCIO LUDOVICE
PALÁCIO LAFÕES
PALÁCIO DOS GUIÕES
PALÁCIO QUINTELA
PALÁCIO PRAIA
PALÁCIO JOSÉ MARIA EUGÉNIO

INVENTÁRIO

A ordem cronológica por que são apresentados os vários palácios particulares nem sempre pode ser rigorosa. A incerteza das datas de fundação, e a natureza dispersiva deste trabalho, tal não permitem. A prioridade, nalguns casos, depende do valor histórico ou do merecimento arquitectónico do edifício. Observa-se, contudo, quanto possível, a ordem das idades.

Exterior

PALÁCIOS PARTICULARES



Publicação

Sucessivamente

PALÁCIO DOS COPEIROS-MORES

Século XVII

Fundação	Antes de 1683
Restauros	Séc. XVIII
Transformações	Séc. XIX e XX

[**Freguesia de Santa Engrácia**]

Breve notícia histórica

O antigo palácio, ou palacete, da Rua de Santa Apolónia — a que chamam o Palácio Coimbra — já existia no terceiro quartel do século XVII, pois em 1683 foi incluído num morgado instituído por António de Sousa de Meneses, denodado militar que foi capitão-mór das naus da Índia, governador e capitão general no Brasil, onde perdera um braço em combate com os holandeses, em 1638. Era este homem filho de Francisco de Sousa de Meneses, 1.º copeiro-mór em tempos do Cardeal D. Henrique, e de seu pai lhe chegaram às mãos o palácio de Santa Apolónia e a quinta dos Olivais, que veio a chamar-se do «Braço de Prata», e deu nome ao sítio.

Foi sucessor do morgado, e por consequência do Palácio de Santa Apolónia, um sobrinho do instituidor, filho de sua irmã D. Mariana de Noronha, chamado Aires de Sousa e Castro; mais tarde, a administração do morgado passou à descendência de outra irmã, D. Margarida de Noronha, casada com Manuel Lobo da Silva, na qual se conservou até chegar a um trineto daqueles, João Cabral Lobo da Silva, que no palácio morreu em 1806.

Transmitiu-se o morgado depois para a descendência de outra irmã do fundador, D. Maria Henriques, filha do primeiro casamento do 1.º copeiro-mór, e irmão do 2.º, Jorge de Sousa de Meneses, senhora casada com D. João Carcomo Figueiroa; depois ainda morgado e palácio transitaram para a descendência daquele 2.º copeiro-mór, Jorge de Sousa de Meneses, vindo a cair, em 1806, e após uma demanda com a 2.ª Marquesa de Belas, D. Constança Manuel de Meneses (a qual se arrogava direito à sucessão no morgado) em D. António José de Sousa Manuel de Meneses Severim de Noronha, 9.º copeiro-mór, 7.º Conde e 1.º Marquês de Vila Flor, mais tarde Duque da Terceira, e que ao tempo contava 2 anos de idade.

Este fidalgo e célebre político vendeu o palácio, em meados do século passado, a um abastado negociante de Lisboa, João Pedro da Costa Coimbra, morador ao tempo na Rua da Penha de França.

Foi a este Coimbra que em 1862 adquiriu a propriedade por 19 contos, e ainda 6 contos de desvinculação, a Real Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, que do edifício e jardins tomou posse em 10 de Fevereiro daquele ano. A denominação de «Palácio Coimbra, que é do século passado, manteve-se, e ainda hoje perdura nas referências da Companhia.

No palácio morou, em 1825 pelo menos, o 2.º Conde de Amarante, 1.º Marquês de Chaves; depois o seu proprietário Conde de Vila Flor, e sucessivamente o Marquês de Vagos, João Perestrelo de Vasconcelos e o industrial alemão Henrique Schalck.

O palácio, que pouco sofreu pelo Terramoto — era então do dr. Luís Diogo Lobo da Silva —, beneficiou de restauros no decorrer dos séculos XVIII e XIX; com as obras de adaptação promovidas pela Real Companhia de Caminhos de Ferro Portugueses, e que nos últimos anos têm continuado, ficou interiormente muito desfigurado, perdendo o seu velho carácter. É ocupado por escritórios da C. P. e, em parte dele, residem funcionários da Companhia.

Há um século e pouco as águas do rio chegavam ao jardim a Nascente do palácio, e do lado Sul havia um embarcadouro.

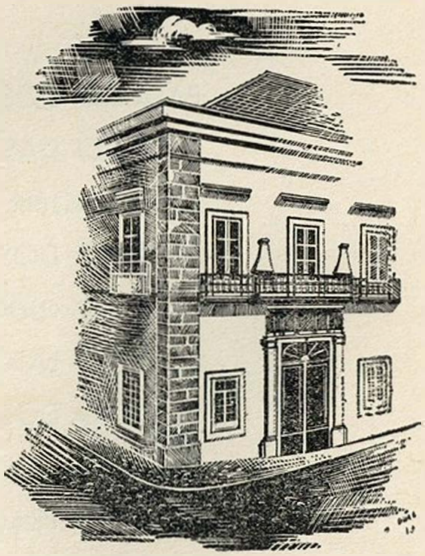
O antigo Palácio dos copeiros-mores, dito Palácio Coimbra (e melhor estaria a denominação de Palácio do «Braço de Prata»), situa-se na Rua de Santa Apolónia, onde o portal nobre tem o n.º 53, e constitui um quadrilátero, cuja fachada principal está orientada a Poente.

Pode anotar-se:

A **Fachada Principal,** numa reentrância da rua, constituída por um corpo único, cortado por uma prumada, e, nela, seis janelas de sacada, coroadas de cornija no único andar superior, sendo as três da extremidade Norte, no ângulo do edifício, ligadas por varanda corrida com grades do século XIX; o *portal nobre,* entre duas janelas gradeadas, em estilo clássico seiscentista, emoldurado de pilastras, sobrepujado de entablamento, sobre o qual assenta a varanda, e de onde ascendem pináculos geminados que ladeiam a janela central;

A **Fachada Lateral,** a Norte, sobre a rua, também dividida sensìvelmente a centro por prumada, e, nela, seis janelas de sacada, com cornija e grades do século XVII, e ainda seis janelas no pavimento térreo;

A **Fachada Sul,** sobre terrenos do caminho de ferro (antigos jardins), mais alta, pelo rebaixamento do nível, com duas ordens de janelas de sacada, de varões seiscentistas, no tipo das da fachada Norte e com casas abobadadas (armazéns) no pavimento inferior;



Portal e andar nobre da fachada

A **Fachada Nascente,** primitivamente desafogada, agora sobre oficinas do caminho de ferro, em ângulo recto, tendo numa face cinco janelas de sacada no andar inferior, que correspondem ao andar nobre, e na outra face quatro, todas do tipo das precedentes.

O **Edifício Anexo,** a Poente do palácio, construção já deste século, com um andar ao nível da Rua de Santo Apolónia, e cujo posterior cai sobre os cais do caminho de ferro, ocupando o lugar das antigas cocheiras, e constituindo residência de um funcionário superior da C. P.

Interior

O Interior do antigo Palácio dos copeiros-mores conserva algumas reminiscências seiscentistas, especialmente em cerâmica de azulejo, mas por efeito de sucessivas adaptações está hoje completamente desfigurado.

Anota-se:

O **Átrio,** que mostra dois sólidos arcos de volta abatida de sustentação, e cujo pavimento empedrado foi substituído por cobertura de cimento, e nele: dois poiais seiscentistas ladeando interiormente as janelas gradeadas iluminantes; panos de azulejos, a azul e branco, enxadrezado e com bordaduras de tipo tapete.

A **Escadaria,** em três lanços, toda revestida de azulejos do século XVIII, mas sem grandeza;

As **Salas** do palácio, muito subdivididas e desfiguradas, não têm interesse especial; citam-se apenas: uma **Sala** interior, com tecto de cúpula abaulada rectangular, que substitue o primitivo tecto de masseira, com estuques de relevos pobres (século XIX), sobre fundo azul, e com uma leve guarnição (em parte mutilada) de painéis seiscentistas, a azul e branco, representando cenas mitológicas, ingénuas de factura, e com cercaduras; outras *antigas salas,* hoje escritórios, mostram tectos de madeira, em tabuado à portuguesa, com revestimento de azulejos.

[A Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses adquiriu também o palacete fronteiro à fachada principal poente do Palácio Coimbra, erguido no século passado no local onde existiu o Forte de Santa Apolónia, do qual adveio a pedra de armas reais seiscentistas que adorna o portal desse antigo palacete, que pertenceu a Miguel Queriol. Também adquiriu umas casas contíguas pelo Poente (e há pouco demolidas), que foram albergue dos capelães das freiras claristas de Santa Apolónia, cujo pequeno mosteiro contíguo, com a igreja, passou em 1852 à Real Companhia dos Caminhos de Ferro].

PALÁCIO DAS ÁGUIAS

Século XVIII

Fundação	1713
Ampliação e transformação	1731
Novas transformações	1841
Restauros gerais	1934

[Freguesia de Belém]

Breve notícia histórica

O Palácio das Águias, na Rua da Junqueira, foi começado a erguer, no seu núcleo primitivo, em 1713, pelo licenciado e advogado da Casa da Suplicação Manuel Lopes Bicudo, em chãos do morgado de Saldanha, convertidos em quinta. Não ia a propriedade além do posterior do palácio actual — então casas nobres de mediana grandeza — e a frente do terreno quinteiro era defendida, do lado da Junqueira, por um simples muro com cinco janelas.

Em 1731 Diogo de Mendonça de Corte Real, filho legitimado do Secretário de Estado de D. João V do mesmo nome e apelidos, procurador da Casa da Índia, e que viria também a ser Secretário de Estado de D. José (1750), adquiriu, com autorização do administrador do vínculo da Junqueira, então Aires de Saldanha, os direitos que o licenciado Lopes Bicudo, sua mulher e quatro filhos, tinham no usufruto da quinta, e tornou-se senhor do domínio útil da propriedade, que constava também de horta e terras de rendimento.

Em 1751 Diogo de Mendonça tomou de aforamento um outro trato de terreno, sobranceiro pelo Norte à sua propriedade, o qual se chamava Quinta da Eira e, mais tarde, Quinta da Rosa, na qual promoveu melhoramentos e plantações. Foi todo este conjunto que veio a denominar-se «Casas e Quinta de Diogo de Mendonça».

O Secretário de Estado restaurou, ampliou e beneficiou as primitivas casas nobres do Lopes Bicudo, e é de admitir que Carlos Mardel houvesse intervindo na nova traça do palácio, tanto mais que uma filha do arquitecto era afilhada de Diogo de Mendonça.

Em 1756 o Secretário de Estado foi demitido do seu cargo, e desterrado. O palácio esteve, pouco depois, arrendado ao Cardeal Patriarca, D. José Manuel da Câmara, que nele faleceu em 1758. Pouco depois Diogo de Mendonça, que se encontrava em Mazagão, cedeu-o para residência de um irmão, João Pedro de Mendonça Corte Real, filho segundo legítimo do primeiro Diogo de Mendonça.

o qual na propriedade da Junqueira passou a viver com a mulher e uma filha, mas delapidando os rendimentos da quinta do generoso irmão, não pagando as pensões do foro, e obrigando, por seus actos, o irmão a queimar o testamento que fizera, em 1762, no qual legava a propriedade integral à sobrinha.

O infortunado Secretário de Estado de D. José morreu em 1771, mas antes doara a sua propriedade aos doentes do Hospital Real de Todos os Santos. Começou então uma longa demanda entre a Mesa da Santa Casa da Misericórdia, administradora do Hospital, e o irmão e a cunhada de Diogo de Mendonça, demanda depois mantida pelos descendentes daqueles, a qual começada em 1764 só se resolveu em 1837 a favor da Santa Casa da Misericórdia.

Durante setenta e oito anos o palácio arruinara-se, a tal ponto que a Misericórdia não pôde fazer face aos encargos elevados dos restauros, e a propriedade da Junqueira foi à praça em 1838, só vindo a ser arrematada em Julho de 1841 por José Dias Leite Sampaio, que por ela desembolsou 4.260$00. Era comprador o abastado contratador do tabaco e das saboarias, que veio a ser o 1.º Barão e 1.º Visconde da Junqueira, casado com D. Emília Angélica Monteiro. Foi este titular quem promoveu novos restauros na casa, e se dedicou à renovação da abandonada quinta, tendo como colaborador directo, segundo se crê, o arquitecto Fortunato Lodi, que deve ter transformado, ao gosto italiano, ainda que apenas em parte, o exterior do palácio, cujas linhas setecentistas se transfiguraram. Data de 1841, ou de pouco depois, a construção da cortina de gradeamento, com pavilhões, sobre a Rua da Junqueira, que substituiu o primitivo muro, e a colocação das águias de pedra, com SS no peito, sobrepujando os pilares que ladeiam o portão do jardim, e que correspondem à heráldica dos Sampaios. Advirá — pode concluir-se — deste período a denominação da Quinta das Águias, dada à propriedade; a verdade, porém, é que na escritura da arrematação, quinze dias depois desta efectuada, já se lhe chamava «Quinta das Aguias», e as águias decorativas ainda lá não podiam estar.

O Visconde da Junqueira morreu em 1870, e dele foi única herdeira sua filha D. Emília Angélica Monteiro de Sampaio, 1.ª Condessa da Junqueira, que herdou também a Quinta de Vale de Nabais, em Almeirim, por seu pai adquirida, e que fora pertença da Casa dos Marqueses de Alorna, caída depois nos Marqueses de Fronteira, os quais contestaram a venda feita, mas sem êxito. A Condessa da Junqueira, que foi casada com José Pais de Castro Seabra, de quem não teve descendência, morreu em 1913, e todos os seus bens passaram a seis primos herdeiros, os quais em 1915 constituiram uma «Sociedade Agrícola de Alorna» — que incluia a «Quinta da Junqueira» —, e cujas quotas em 1918 foram cedidas a um grupo de seis capitalistas. Um deles, Dr. Manuel Caroça, adquiriu pouco depois as quotas de quatro dos sócios, e uma parte da de um outro, ficando a parte desta restante para um sócio novo, o qual, por sua vez, a cedeu ao Dr. Fausto Lopo Patrício de Carvalho, genro do Dr. Manuel Caroça. Ainda em vida, este capitalista transferiu os seus direitos na Sociedade ao Dr. Lopo de Carvalho, o qual cedeu quotas a seus três filhos. É a esta sociedade de pai e filhos que pertence a Quinta das Águias.

O Dr. Lopo de Carvalho empreendeu em 1933-1937 largas obras de restauro no interior do palácio, com a colaboração do arquitecto Vasco Regaleira, e fez reconstruir o jardim principal e replantar os pomares.

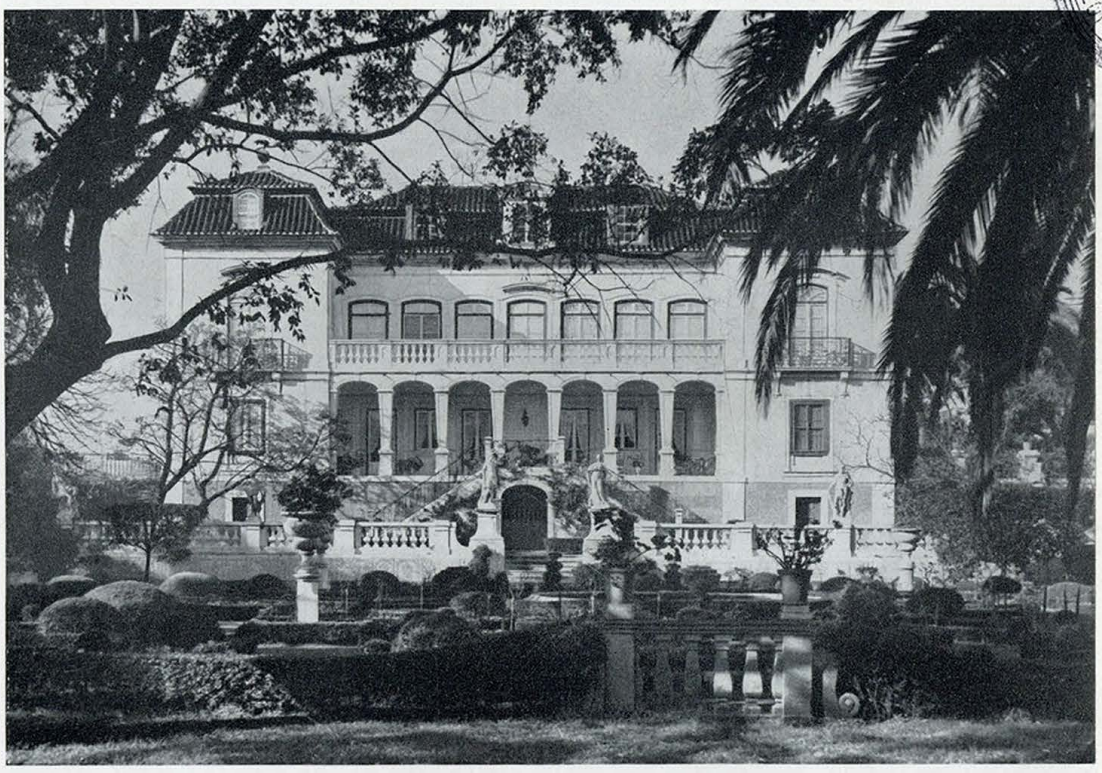
No Palácio da Junqueira residiram, no decorrer da sua história, além dos seus proprietários, e do citado irmão de Diogo Mendonça e sua família e descendentes, os Condes de Aveiras, Marqueses de Vagos, no começo do século passado, João Pereira Forjaz de Lacerda em 1834-1838, Frederico Guilherme Burnay em 1879-1883, José Morales de los Rios, e seus genros Octaviano Leitão e José Rino Frois em 1914-1928.

A sobranceira Quinta da Rosa também andou por várias vezes arrendada, assim como uns anexos (armazéns) que arderam em 1914. Ainda em tempo da Condessa da Junqueira, cerca de 1891, foi alienada uma parcela da parte rústica da quinta, sobre a Travessa da Boa-Hora, no local chamado Pátio do Saldanha, e nela construídos prédios.

Presentemente, e desde 1934, habitam o palácio o professor Dr. Lopo de Carvalho, sua mulher D. Maria Caroça Lopo de Carvalho e um dos seus filhos.

PALÁCIO DAS ÁGUIAS

Frontaria Nascente, que corresponde à entrada principal (a porta da direita é a da capela) (pág. 17)



Formoso aspecto da fachada Sul, sobre os jardins (pág. 18)

PALÁCIO DOS GALVÕES MEXIAS

A fachada principal de puro estilo joanino, sobre o Campo Grande, formoso espécimen de arquitectura solarenga (pág. 26)

PALÁCIO LUDOVICE

A admirável frontaria sobre S. Pedro de Alcântara (pág. 30)

INVENTÁRIO

O Palácio das Águias, com sua quinta e jardins, constitui um comprido e estreito rectângulo, afunilado a Norte. É confinado, a Sul, pela Rua da Junqueira, a Nascente e Norte pela Travessa da Boa-Hora, e a Poente pelo Rio Seco. O Palácio, no interior da quinta, forma um quadrilátero, com os corpos extremos acoruchados.

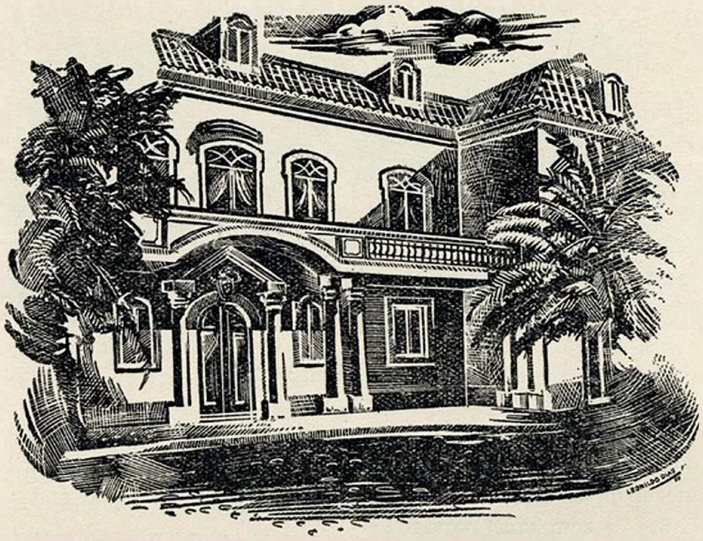
Exterior

Nota-se:

A Fachada Nascente, sobre o jardim superior que nasce do portão n.º 1 da Travessa da Boa-Hora; e nela:

Os *Corpos Extremos,* acoruchados, com telhados vidrados de dupla água, uma janela de sacada apoiada em mísulas, e uma porta em cada um desses corpos, correspondendo, a do ângulo Norte-Nascente, à capela;

O *Corpo Central,* muito decorativo, e nele: três vãos no plano inferior, ladeados por pilares, sendo os do centro geminados, e o vão central rematado em arco de volta redonda que superiormente, intercepta a balaustrada; o fundo da galeria formada por aqueles vãos, revestida de azulejos de tipo navio e flor, na qual, ao fundo se abre o portal nobre principal do palácio, emoldurado de cantaria, sobrepujado de tímpano triangular e ladeado por janelas; o plano superior, em terraço, com balaustrada, em cujo fundo recuado se abrem cinco portas-janelas de arco de volta abatida; quatro águas-furtadas, sendo uma em cada face dos telhados extremos;



Entrada principal

A **Fachada Sul,** sobre o Jardim Grande, sobranceira a uma esplanada guarnecida de balaustrada, ornada com quatro estátuas de fino mármore, e para a qual esplanada se desce por uma pequena escadaria de lanços laterais; e nela:

Os *Corpos Extremos,* rematados por coruchéus com janelas de sacada idênticas às da Fachada Nascente, cada um destes corpos com uma janela de peitoril no andar médio (este ao nível do andar inferior da outra fachada), e com uma porta que abre para a esplanada;

O *Corpo Central,* e nele, acima do muro de suporte: uma decorativa arcaria de sete vãos, guarnecida de balaustrada, rematados por arcos de volta perfeita, e intercalados por pilares de cantaria de secção piramidal; o terraço superior, revestido de azulejos; guarnecido de balaustrada, e em cujo fundo se rasgam sete portas-janelas que abrem para várias salas (uma do extremo, é falsa);

A **Fachada Norte,** sobre pequeno jardim, e nele:

Os *Corpos Extremos,* idênticos aos da Fachada Poente;

Decorativa fachada Sul

O *Corpo Central,* reentrante, com cinco portas-janelas no andar superior, e duas janelas e duas portas no andar térreo;

A **Fachada Poente,** idêntica à do lado Norte.

No *Exterior* assinala-se ainda:

A **Cortina de Gradeamento** (1841), sobre a Rua da Junqueira, que substitui o primitivo muro de cinco janelas, e nela:

O *Portão Central,* de ferrageria, n.º 134 da Rua, que fecha em arco côncavo, la-

deado por pilastras rematadas por águia aberta, com SS no peito (heráldica dos Sampaios); os dois *Pavilhões Extremos,* quadrangulares, com sólidas bases de alvenaria, coroados por mirante guarnecido de cortina de grades, e rematado por cúpula redonda, zincada, adornada de vasos de mármore, e apoiada em doze colunas, que sustentam a cimalha; os lanços de *Cortina,* entre o portão central e os pavilhões extremos, seccionados cada um desses lanços por quatro pilares rematados por decorativos vasos de mármore.

Há que assinalar, àquem da Cortina de Gradeamento da Rua da Junqueira:

O **Jardim Grande,** do século XVIII, fronteiro à Fachada Sul, e, nele, *muretes de azulejos,* à base de pilastras e de meninos nas guarnições, e representando cenas de caça, panos de cerâmica estes em parte mutilados; vários *bustos de mármore* (advindos já no actual século da Quinta da Alorna, em Almeirim; um magnífico exemplar de *pativera dioica* (bela sombra), secular e dos mais estimáveis de Lisboa.

Interior

O Palácio das Águias quase nada conserva do seu carácter setecentista primitivo, a não ser a capela e um ou outro pormenor. Ressente-se das transformações da segunda metade do século passado, e dos recentes restauros, os quais não puderam constituir uma reintegração pura.

Anota-se essencialmente:

O **Átrio,** na ala Nascente, reconstituído depois de 1934, e, nele: o pavimento de placas de mármore, em xadrez, a branco e azul; o tecto, de estuque liso; a porta do fundo, guarnecida de cantaria (século XIX), e enriquecida por um bom portal de ferragem portuguesa (Vasco Regaleira, fábrica Granja), rematado pela águia heráldica dos Sampaios; o revestimento das paredes com azulejos modernos;

A Escadaria, em parte reconstruída recentemente, com um primeiro lanço que se desdobra em dois no patamar médio; e, nele: o *tecto,* de estuque, abaulado, com clarabóia e lanternim; o revestimento das paredes, em parte com *placas de mármore* de vários tons, em composições geométricas (século XVIII), e noutra parte com azulejos modernos; a cortina de ferro (século XIX) com corrimão de madeira negra; a *porta de gradeamento* que conduz à

Sala de Entrada, na qual avulta a porta de serralharia artística, em renda (Vasco Regaleira), emoldurada de cantaria; o tecto, de estuque, com relevos leves; o chão de «parquet», que distingue algumas das outras salas do palácio (século XIX);

Sala de Jantar, do andar superior, moderna de traça e decoração, cujo tecto, de estuque branco, se divide em doze quadrelas geométricas, cavadas, sobrepostas com relevos de estuque, no estilo Luís XVI;

Sala de Estar, na qual se assinala o tecto, de estuque, moderno, no estilo holandês, na traça de travejamento geométrico, em tom negro;

Outras **Salas,** câmaras e dependências — entre os quais a *Biblioteca* — mostra o Palácio, todas elas reconstituídas recentemente com simplicidade decorativa, à base de estuques lisos, e nalgumas das quais os «parquets» são ricos no traçado das madeiras exóticas de tons quentes (século XIX);

A **Capela,** pequena de dimensões, a dependência com mais carácter primitivo do Palácio, ao gosto joanino e da época; e nela:

A *Galeria Superior,* com balaustrada de madeira; as paredes revestidas de *silhares* de *azulejos* setecentistas, de tipo rótulos e pendurados, com figuras episódicas e pilastras nas bordaduras laterais; a *sanca,* valorizada por grinaldas, polícromas, ladeando versículos dos salmos; um *quadro a óleo,* de Pedro António Quillard, representando a «Anunciação», invocação da Capela, situado no fundo do altar, este de material pobre.

(As salas do Palácio estão decoradas com algumas boas espécies artísticas, de mobiliário, gravura, pintura, cerâmica e pratas, e, entre elas, um painel quinhentista (recentemente restaurado por Fernando Mardel), e uma escultura em baixo relevo, de madeira de carvalho, representando «A Ceia», de autor francês.

No conjunto da propriedade há também que referenciar:

A **Cascata,** no fundo Norte da primitiva Quinta da Rosa, na parte inferior da «*Obra Poço*», dependências rústicas nìtidamente setecentistas, talvez anteriores à integração (1731) deste prazo de terreno do morgado do Saldanha na Quinta de Diogo de Mendonça; e, na *Cascata:* o recinto abobadado, todo revestido de azulejos, pelo menos, do princípio do século XVIII, polícromos, em tons amarelo, vinho, azul e verde, representando, na parte superior, uma balaustrada circundante, com aves exóticas e insectos, e coberto nas paredes inferiores de panos de cerâmica representando campos de junco, além de outras composições; o Poço que se situa no fundo de uma alta e sólida construção de alvenaria, coberta por cúpula redonda, fechando em vértice, e ladeada por um terraço circundante na altura superior.

[Os anexos da propriedade não oferecem interesse algum; o pomar e a parte rústica da velha quinta estão hoje ainda em recrescimento].

Portão dos Jardins do Palácio das Águias, na Junqueira

CASA NOBRE DE LÁZARO LEITÃO

Século XVIII

Fundação 1734
Restauros . . . . . Séc. XIX e 1936

[Freguesia da Ajuda]

Breve notícia histórica

A «Casa Nobre» de Lázaro Leitão Aranha — mais um palacete do que um palácio —, à entrada do Altinho, é a única edificação setecentista pura de toda a Rua da Junqueira, e, a despeito das suas reduzidas dimensões, constitui um espécime muito interessante, em toda a cidade, da arquitectura solarenga portuguesa.

Mandou-a construir em 1734, embora as obras se prolongassem por mais de meia dúzia de anos, o Principal da Sé de Lisboa, lente que fôra da Universidade de Coimbra, Lázaro Leitão Aranha, alguns anos depois de regressar de uma embaixada a Roma, desejoso de uma casa de campo na qual pudesse haver alguma «recreação».

Existiam no local umas casas pequenas que, depois de 1701, o 6.º administrador do morgado dos Saldanhas, João de Saldanha e Albuquerque Coutinho Matos e Noronha, mandara edificar, e trazia arrendadas a um negociante francês Pedro Baraduc. Concertou-se o rico Principal da Sé com o senhorio e com o inquilino, adquirindo ao francês os direitos que este possuía; comprou ainda outras casas e terrenos circunvizinhos, e pouco a pouco foi alargando a área da propriedade, levantando a «Casa Nobre», rodeando-a de mimos de jardins e hortas, e fazendo erguer, em 1740, uma capela, com frente à estrada, e à qual deu a invocação de Nossa Senhora dos Aflitos e Santo Cristo. O arquitecto escolhido foi o famoso Carlos Mardel.

Próximo do fim da vida, em 1766, Lázaro Leitão doou a um parente, o licenciado António Rodrigues de Macedo, os seus bens «da Junqueira», e instituiu com eles, e ainda com outros, um morgadio vinculado. Lázaro Leitão morreu no ano seguinte, e o novo senhor da «Casa Nobre» (e que adoptara os apelidos de Leitão Aranha) acabou seus dias em 27 de Maio de 1800, não deixando descendentes.

Lázaro Leitão havia fundado o recolhimento de Nossa Senhora dos Anjos, à Cruz da Pedra, adiante de Santa Apolónia (recolhimento que ainda existe); vendo a casa da Junqueira sem senhor as recolhidas da Senhora dos Anjos deram-se o direito de exercer a administração, o que provocou uma demanda judicial, solucionada em 1802 por sentença que mandou passar o morgado para a Coroa, e entrando a administrá-lo, como usufrutuária, e em prémio, uma Ana Máxima de Araújo e Maia, que tinha sido a denunciante do abusivo exercício administrativo das recolhidas.

Nesse mesmo ano D. Rodrigo José de Menezes, filho do 4.º Marquês de Marialva, obteve autorização real para tomar a subrogação da «Casa Nobre» à citada usufrutuária Ana Maxima, e, a despeito de a operação não se chegar a formalizar juridicamente, um filho daquele fidalgo, D. Gregório de Meneses, 2.º Conde de Cavaleiros, na casa viveu até 1807. .

Em 1839 os bens do antigo morgadio foram à praça, após várias demandas e intervenções do Conde da Ega, senhor, como antes Saldanha e Albuquerque, do domínio directo, e a propriedade foi adquirida então por D. Caetana Maria Rosa, transitando desta, em 1843, para Manuel Joaquim da Costa e Silva. Os sucessivos possuidores da casa e seu granjeio foram Teotónio Borges, Barão de S. Dinis em 1871, logo o brasileiro António Joaquim Ferreira em 1874, Manuel Joaquim de Oliveira em 1880, e, finalmente, em 1902, Carlos Alberto Soares Cardoso, Visconde de Marco. Por efeito da morte deste titular o recheio da Casa da Junqueira foi, em 1942, leiloado, e, em 1944, a Viscondessa viuva vendeu metade da propriedade ao capitalista Augusto José Jolly, que tomou a outra metade de arrendamento, ocupando todo o edifício e seus jardins. Presentemente corre uma questão judicial entre o inquilino da propriedade e os herdeiros da Viscondessa, falecida em 1949.

Esta Casa, tão demandada e instável de administração e posse, raras vezes nos séculos XVIII e XIX serviu de residência dos seus donos. Ainda em vida de Lázaro Leitão esteve arrendada (1757-1759) ao Embaixador de França, Louis de Beaumont, depois (1760) a D. João da Bemposta, filho bastardo do Infante D. Francisco, irmão de D. João V; a seguir (1761) ao príncipe Carlos Frederico de Macklemburgo, depois ainda (1762-1772) ao Cardeal D. Cosme da Cunha e Távora, regedor da Casa da Suplicação, e, sucessivamente, a várias personalidades de nomeada...

Durante mais de dois séculos os restauros na Casa Nobre que Carlos Mardel delineou foram bastantes, umas vezes para conservação, outras vezes para remediar enxertos ou vandalismos, mas sem que a estrutura exterior sofresse ou beneficiasse grandemente. Em 1936 o Visconde de Marco promoveu restauros e reintegrações, que se arrastaram durante algum tempo, e foram, sucessivamente dirigidos pelos arquitectos Bigaglia, Korrodi, Vilaça e Raul Lino. A capela, que o Visconde de Marco encontrara reduzida a estrebaria, foi restaurada, e reaberta ao culto em 1904.

O actual meio proprietário Augusto Lopes Jolly também promoveu, recentemente, alguns restauros e limpezas.

INVENTÁRIO

A Casa Nobre de Lázaro Leitão, que, com forçada extensão, se inclui na série de «Palácios», situa-se na Rua da Junqueira, n.os 190 a 196, e está hoje reduzida ao seu núcleo urbano, no qual o Exterior, com um único pavimento, representa um precioso espécime setecentista, de feição portuguesa.

Exterior

Anota-se:

A **Fachada,** orientada a Sul, e nela:

O *Corpo Central,* defendido da rua por uma cortina de gradeamento, com uma única ordem de sete janelas, sendo as três centrais coroadas de áticas, destas a central triangular, à qual corresponde um arco singelo na cimalha, adornada esta por quatro vasos de mármore;

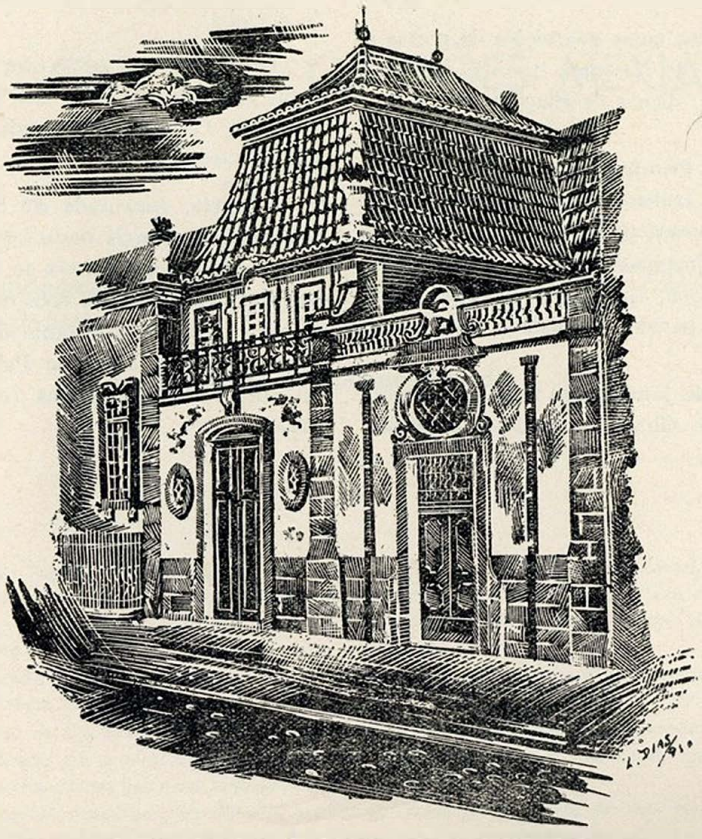
Os *Corpos Laterais,* adornados cada um por uma ordem superior de três janelas, guarnecidas de varanda corrida, a qual se sobrepõe aos portais de ingresso, ladeados estes por óculos iluminantes;

Os **Dois Torreões,** quadrangulares, construídos em 1756, a coroarem os Corpos laterais, com telhados acoruchados de «dupla água», e alteados no começo do actual século pelo arquitecto Nicolau Bigaglia;

Um **Corpo Extremo,** do lado Nascente, correspondendo ao da Capela, e cuja porta sobrepujada de óculo gradeado, é rematada, já na balaustrada corrida, fazendo guarda de terraço, por uma disfarçada arquitrave na qual se suspende a sineta;

A Fachada Posterior, sobre os jardins, e nela uma porta ao centro de seis janelas, idênticas na disposição às da fachada principal.

(Os jardins e grangeio da antiga Casa Nobre estão hoje reduzidíssimos.)



Corpo Nascente da fachada e portal da capela

Interior

O Interior da Casa Nobre de Lázaro Leitão foi, em grande parte, alterado na distribuição das dependências e no aspecto de algumas salas, durante os restauros dos últimos vinte e cinco anos. Oferece ainda algum interesse, mas perdeu o carácter puro setecentista.

Há a anotar:

O **Átrio Nobre,** mandado construir pelo Visconde de Marco na primeira década do actual século, do risco do arquitecto Vilaça, e que ocupa o local da primitiva cocheira, depois tornada armazém, e, nele, uma pe-

quena *Escadaria*, com corrimão de mármore, e doze figuras, recortadas, em azulejos setecentistas, representando os meses do ano (estes azulejos não pertenciam à Casa Nobre; foram adquiridos em Belém e aqui colocados já no actual século);

Das **Salas,** cujas guarnições de portas e janelas são de mármore rosa, há apenas, actualmente, dignas de citação:

A **Sala Principal,** guarnecida de bons silhares de azulejos setecentistas, a azul e branco; representando entre guarnições ornamentais joaninas cenas de salão e concertos musicais; uma fonte, de pedra, num côncavo de parede, e rematada em concha;

A **Sala de Jantar,** com tecto apainelado, revestida de silhares de azulejos, reproduzindo cenas campestres e galantes, da mesma época e tipo dos azulejos acima referidos.

A **Sala da Biblioteca,** ocupando o local do antigo átrio principal e o do torreão Poente, e, nela, uma galeria, construída no actual século, e uma interessante escadaria de madeira;

Outras *pequenas salas,* com tectos de estuque dourado decorados com pinturas modernas de Ordoñes, e revestidas de guarnições de azulejos;

A **Capela,** restaurada em 1943, e nela, como elemento mais destacável, a guarnição de silhares com painéis de azulejos setecentistas, da época da construção (1740), postos a descoberto durante o restauro, e que representam cenas da Paixão, e José de Arimatea e Nicodemus (escola portuguesa).

PALÁCIO DOS GALVÕES MEXIAS

Século XVIII

Fundação . . . . . Cerca de 1739
Restauros 1914-1916

[Freguesia do Campo Grande]

Breve notícia histórica

O palácio denominado por alguns escritores «dos Galvões Mexias», e mais justificadamente, na boca popular, «Palácio do Pimenta», situado no extremo ocidental do Campo Grande, é um dos mais formosos e característicos espécimes da arquitectura setecentista joanina, do tipo de residência senhorial lisboeta.

Por estranho que pareça — tratando-se de um edifício de tanto relevo arquitectónico, integrado que foi, em dilatada e prazenteira quinta — deste palácio pouco se sabe, ao certo. Notícia alguma nos chega quanto ao ano exacto da sua fundação, a datas de transferência de propriedade, a épocas em que foi habitado por seus donos os arrendatários. E o palácio merecia um estudo monográfico e uma investigação reveladora que neste trabalho se não comporta.

Parece ter sido construído no segundo quartel do século XVIII, cerca de 1739 (segundo crê o actual proprietário), sobre núcleo primitivo de velhas casas, e seguramente estava de pé em 1744. É tradição, repetida por vários escritores, incluindo o probo Vilhena Barbosa, que foi D. João V o seu edificador, e que destinou a magnífica propriedade para residência da famosa Madre Paula, Abadessa de Odivelas, sua favorita, a quem chamavam «a Pimenta». Nenhum documento fundamenta semelhante versão, que vale apenas pela força da tradição — o que é alguma cousa. Não repugna, porém, aceitar que tenha sido o «Magnânimo» o edificador do palácio, de cujo construtor não há notícia, admitindo-se, contudo, que Carlos Mardel, arquitecto «de Sua Majestade», não fosse estranho ao traçado, a menos que este houvesse sido do próprio Frederico Ludovice. É curioso registar que um documento oficial, o decreto de 26 de Dezembro de 1936, que considerou o palácio «imóvel de interesse artístico e histórico público», repete ser tradição que a «Casa da Quinta da Pimenta (Madre Paula)» foi mandado fazer por D. João V para residência daquela freira. Cumpre observar que seria estranho que um particular houvesse mandado construir tão nobre e belo solar, e que do seu nome não ficasse eco.

Do palácio foi proprietária, segundo parece, mas lá residiu com certeza, a família Galvões Mexias. Certo é a casa e quinta virem à posse do capitalista Manuel Joaquim Pimenta, aquele homem para quem o 1.º Conde de Farrobo transferiu o monopólio do tabaco, o que ocasionou uma demanda que, após trinta anos, o Conde perdeu, ficando arruinado, e morrendo pouco depois (1867). Consta que o Pimenta (informação do sr. Jorge Lobo de Ávila Graça) tomou o palácio, que ao Farrobo antes haveria pertencido, como pequena parte da grande indemnização a que o Conde fora condenado. Não há, porém, qualquer outra notícia do facto.

Os herdeiros de Manuel Joaquim Pimenta não souberam sustentar a «Quinta e Casa do Pimenta», e a propriedade foi à praça, adquirindo-a a «Companhia do Bairro Europa». Foi a esta companhia que em Outubro de 1914 comprou o palácio e quinta o engenheiro Jorge Lobo de Ávila Graça, que no edifício promoveu largos e importantes restauros, quer no exterior quer nos vários pavimentos e alas, obras que só terminaram em 1916, ano em que o novo proprietário o veio habitar.

A capela do palácio, que um incêndio quase inteiramente devorara, foi posteriormente reconstituída, e aberta ao culto em 5 de Junho de 1929, e a primeira cerimónia que nela se realizou foi a de um casamento celebrado pelo Arcebispo de Mitilene D. Manuel Cerejeira, actual Cardeal Patriarca.

Uma grande parte da quinta e terrenos rusticos foram recentemente adquiridos pela Câmara Municipal ao actual proprietário.

Pelo escrito acima, vê-se que a denominação de Quinta do Pimenta se deve ao apelido de um seu proprietário e não à «Pimenta», apodo de Madre Paula, versão que entra nos domínios puros do romance.

INVENTÁRIO

O Palácio do Pimenta ou dos Galvões Mexias, situado na extremidade ocidental do Campo Grande, n.º 245, ocupa com jardim e terreno rústico uma área de 29.000 metros quadrados. Constitui no todo, e sobretudo pelo seu Exterior, um dos mais harmoniosos espécimes de arquitectura solarenga de Lisboa, estilo definido e puro joanino, mas no tipo correspondente à época da Regência em França.

Exterior

No Exterior, em rectângulo, de linhas regulares, pode anotar-se:

A **Frontaria,** fachada principal, orientada a Nascente, constituída por cinco corpos contínuos, seccionados por pilastras, coroadas por vasos decorativos e por bustos de mármore na altura da platibanda; e nela:

O *Corpo Central,* no qual se destacam: o *portão nobre,* guarnecido de pilastras de cantaria, fechando em arco, ladeado de janelas de grades, iluminantes do átrio; uma ordem de três decorativas janelas de sacada, emolduradas, sobrepujadas de áticas, estando a do centro guarnecida de bustos de mármore, na altura da varanda contínua;

Os *Corpos Laterais,* idênticos no semblante ao corpo central, com uma ordem, cada um, de cinco janelas de sacada, emolduradas, no andar nobre, e com outras tantas janelas de grades de berço (particularidade única nos solares de Lisboa) no andar térreo;

As **Fachadas Sul** e **Norte,** idênticas, constituídas cada uma delas por quatro janelas de sacada no andar nobre, no tipo e no alinhamento das da frontaria;

A **Fachada Poente,** caindo sobre o pátio posterior do palácio, com uma ordem de janelas no andar nobre correspondentes e idênticas às da frontaria, sendo as três centrais de sacada;

O **Pátio,** com fundo de muro que o defende dos terrenos ajardinados; neste pátio anota-se um registo de azulejos, a azul e branco, colocado à esquerda, na parede contígua à porta da Capela, representando Nossa Senhora do Carmo, e datado de 1744;

O **Jardim,** que se continua do pátio referido, e, nele, bustos de mármore e vasos ornamentais, que, pertenceram aos jardins do Palácio da Flor da Murta, a S. Bento, e ainda uma mesa de pedra, cujo tampo, de mármore, tem dois metros e meio de diâmetro (século XVIII).

Interior

O Interior do «Palácio Jorge Graça» — como em rigor se deve denominar — divide-se por quatro alas em dois pavimentos, e ainda por alguns anexos. Oferece interesse raro em Lisboa dentro do quadro das construções solarengas setecentistas, e constitui um apreciável pequeno museu de cerâmica de azulejos.

Anota-se, nomeadamente:

O **Átrio,** empedrado à portuguesa e nele duas portas à direita e à esquerda que conduzem a dependências do pavimento inferior; o revestimento das paredes guarnecidas de belos *silhares de azulejos* setecentistas, representando cenas campestres e de caça, no gosto francês da época; quadros de pintura a óleo, em medalhões suspensos das paredes; um nicho, com uma estátua de madeira, situado à esquerda da passagem de fundo que dá acesso ao pátio;

A **Escadaria Nobre,** que nasce à direita do átrio, com um primeiro lanço que se desdobra em dois no patamar intermédio, e nela:

As *paredes,* quer as do patamar quer as que acompanham os lanços, revestidos de belos silhares de azulejos polícromos de ornato setecentista fino, com guarnição a azul, no tipo «asa de morcego», mostrando ao centro medalhões engrinaldados envolvendo bustos (este espécime de cerâmica, repete-se, com variantes de padrão, na maior parte das salas do andar nobre); a guarda da escadaria de ferro forjado, tipo português, com estilizações simples;

Outra *Escadaria,* de *serviço,* que nasce também do átrio e conduz ao pavimento superior, com três lanços, distinguindo-se nela o revestimento de bons panos de azulejos, representando cenas de caça e campestres, e mostrando no primeiro patamar duas figuras recortadas de alabardeiro (primeira metade do século XVIII).

As **Salas** do palácio, que foram todas restauradas depois de 1914, constituem no seu núcleo primitivo de cerâmica, e no seu recheio, um pequeno museu de arte, com boas peças de mobiliário, quadros, gravuras; a decoração imóvel setecentista assinala-se pelo revestimento de silhares de azulejos, pelos pavimentos em regra de mármore em xadrez, pelas ombreiras de mármore rosa, e por alguns tectos de estuque do tipo do final do século XVIII.

Anota-se no *primeiro pavimento:*

A **Sala de Jantar,** sobre o jardim, e nela:

O *tecto* de estuque fino, com ornatos simples; as paredes, revestidas de silhares de azulejos, a azul e branco, representando assuntos chineses, nas paisagens e nas figuras, cerâmica que José Queiroz classificava «talvez da fábrica do Rato»; chão de placas de mármore rosa e cinzento (nesta sala se conserva um relógio de caixa, classificado oficialmente como «de interesse público», e cujo mostrador diz: «Domingos Pires Chaves — London — 1749»).

Assinala-se ainda no primeiro pavimento: Uma **Sala de Jantar,** mais pequena do que a anterior citada, cujo silhar de azulejo é guarnecido de cariátides e pedestais; uma *Saleta,* logo à esquerda do átrio, cujos silhares de cerâmica, representando cenas de caça, estão datados «1746»; uma *saleta* de passagem, com revestimento de silhares de tipo «tapeçaria», caracterizado por cestos e figurinhas angélicas;

A **Capela,** inteiramente restaurada depois de 1914 (a primitiva sofreu incêndio), e nela: o *tecto,* apainelado, mostrando ao centro uma tela «Visão de Nossa Senhora a Santo António», assinado por Inácio de Oliveira Bernardes (advindo do palácio da Quinta do Vinagre, em Colares); o *altar,* de boa talha, tendo por fundo um retábulo «Descida da Cruz», do século XVIII; o revestimento das paredes com silhares de azulejo, do tipo «jarra», com bordadura de aves estilizadas, factura do começo do século XVIII, a *sacristia* e o corredor que a serve, também com revestimento de cerâmica idêntica à da capela.

No *segundo pavimento* assinala-se:

A **Sala de Entrada,** que abre do alto da escadaria nobre, com tecto de estuque, em relevos de diamantes (nesta sala se encontra um canapé, de estilo indo-português, que pertenceu ao dr. Vilhena Barbosa, e é tradição ter sido móvel da casa de Bocage);

A **Sala de Baile,** com tectos de estuque em relevos finos, e as paredes revestidas de azulejos polícromos, com cenas marítimas, e, acima dos silhares, cobertura de damasco vermelho antigo;

A **Sala de Música,** ou **Sala de Estar,** e ainda várias câmaras e quartos com as mesmas características de revestimento de cerâmica de azulejo e tectos de estuque de delicado padrão.

PALÁCIO LUDOVICE

Século XVIII

Fundação 1747
Transformações e acréscimos . . . . . Séc. XIX
Restauros 1945

[Freguesia da Encarnação]

Breve notícia histórica

O antigo Palácio Ludovice, enorme quarteirão com quatro faces, contido entre as Ruas de S. Pedro de Alcântara e do Diário de Notícias, e as travessas da Cara e da Boa Hora, não passa de um casarão utilitário, votado desde há muito ao inquilinato mais dispar. Nele avulta apenas a formosa frontaria, numa sugestiva expressão de beleza e de harmonia arquitectónica. É desde 22 de Março de 1938 considerado «imóvel de interesse público», apenas por sua fachada principal.

Foi fundador deste palácio o arquitecto João Frederico Ludovice, que lhe imprimiu a traça setecentista pura, e a data pode ser fixada em 1747, segundo se depreende da inscrição na pedra colocada sobre a janela central do andar nobre.

A versão apresentada por Jacome Raton, nas suas «Memórias», que dá João Pedro Ludovice, filho de arquitecto famoso, como o fundador do palácio não oferece consistência; parte, por ventura, da circunstância de João Pedro haver residido na casa, que herdou de seu pai em 1752. O interessante imóvel foi mesmo conhecido por «Palácio do Frederico», segundo assevera Júlio de Castilho na sua «Lisboa Antiga» — «Bairro Alto». É de crer que os descendentes directos dos Ludovices houvessem, no todo ou em parte, residido no edifício de S. Pedro de Alcântara, já no século XIX. O Palácio recebeu acréscimos e várias transformações no decorrer do século passado.

O palácio veio às mãos do 1.º Barão da Costa Veiga, falecido em 1876, do qual passou a seu filho, o dr. António Xavier da Costa Veiga. Por efeito de herança o grande imóvel, já então de rendoso inquilinato, chegou à posse de D. Catarina Correia de Brito, e foi esta senhora quem, em 1941, o vendeu à Companhia de Seguros «Tranquilidade».

O grande prédio — que em rigor não pode ser considerado um palácio, tantas e tão atropeladas têm sido, no decorrer de quase dois séculos, as obras de adaptação, de transformação e utilitarismo, dentro do seu destino de imóvel de rendimento — muito pouco conserva interiormente da sua boa época setecentista. Um tecto famoso, em pintura italiana, do qual há notícia, desapareceu há umas boas dezenas de anos, podendo quando muito, localizar-se numa sala do andar nobre.

Entre os muitos inquilinos que o palácio teve pode citar-se, em 1890, o Quartel General da Polícia; não se comporta, de resto, dentro do plano deste trabalho, um estudo sumário dos arrendatários, comerciais ou particulares.

Em 1944-1945, no pavimento térreo que correspondia ao primitivo pátio nobre, levou-se a efeito uma transformação radical e de alindamento (arquitecto Jorge Segurado), para instalação do «Solar do Velho Porto», estabelecimento de propaganda do Instituto do Vinho do Porto, inaugurado em 1945, com curiosas e decorativas dependências, ainda que de reduzida área.

Pode dizer-se que o antigo Palácio Ludovice vive apenas, para efeitos da sua descrição, da fachada principal sobre a Rua de S. Pedro de Alcântara.

INVENTÁRIO

O antigo Palácio Ludovice divide-se interiormente em quatro alas e outros tantos andares, por vários departamentos de inquilinato particular e oficial, além de vários estabelecimento ao nível das quatro ruas que o circundam.

Assinala-se:

A **Fachada Principal,** e nela:

O *portão central,* guarnecido por pilastras de cantaria, em fiadas sobrepostas, e sobrepujado de tímpano, com gradaria radiante;

O *andar nobre,* com sete janelas de sacada, de varões de nó, setecentistas, apoiadas em mísulas, as três centrais guarnecidas de varanda contínua em contracurvas, e estando a janela do centro emoldurada de cantaria nas ombreiras e na verga, e coroada por uma placa de pedra na qual em caracteres minúsculos, cavados, se lê: S. MARIA, e por baixo desta invocação CIↃ.ICCC.XLVII (1747);

O *terceiro andar* com sete janelas de sacada, também apoiadas em misulas e coroadas de ática, distinguindo-se a central pela emolduração da cornija;

O *andar superior,* com sete janelas de peito e uniformes;

O *andar térreo,* ao nível da rua, no qual se rasgam, ladeando o portão principal, n.º 45, três portas de estabelecimentos do lado sul, n.º 39 a 43, sobrepostas de sacadas, e outras três portas do lado Norte, n.º 47 a 49, sobrepostas de janelas de peitoril.

A **Fachada Norte,** sobre a Travessa da Boa Hora, com três ordens de nove janelas, sendo as do andar nobre todas do tipo das da frontaria, e as do andar superior apenas duas de sacada;

A Fachada Poente, sobre a Rua do «Diário de Notícias», com três ordens de janelas, sendo as sacadas apenas as do andar nobre;

A **Fachada Sul,** sobre a Travessa da Cara, levemente obliquada e saliente na parte contígua à fachada principal, e, nela, uma ordem de oito janelas de sacada no andar nobre, e outras tantas de peito no andar superior.

(Em qualquer das fachadas laterais e posterior existem portas de serviço para inquilinos do prédio, e portas de estabelecimentos comerciais).

Interior

O Interior do antigo palácio contém duas centenas de dependências nos quatro andares, de maneira geral triviais ou incaracterísticos.

Anota-se apenas:

O **Átrio** (transformado em 1945), no fundo do qual foi construído um portal em estilo clássico, que abre para o «Solar do Velho Porto»;

A **Escadaria,** que nasce à esquerda do Átrio, relativamente estreita em relação à largueza do edifício, com corrimão de mármore, da primeira época do palácio, cobertura vulgar de transformação, e revestimento de azulejos modernos.

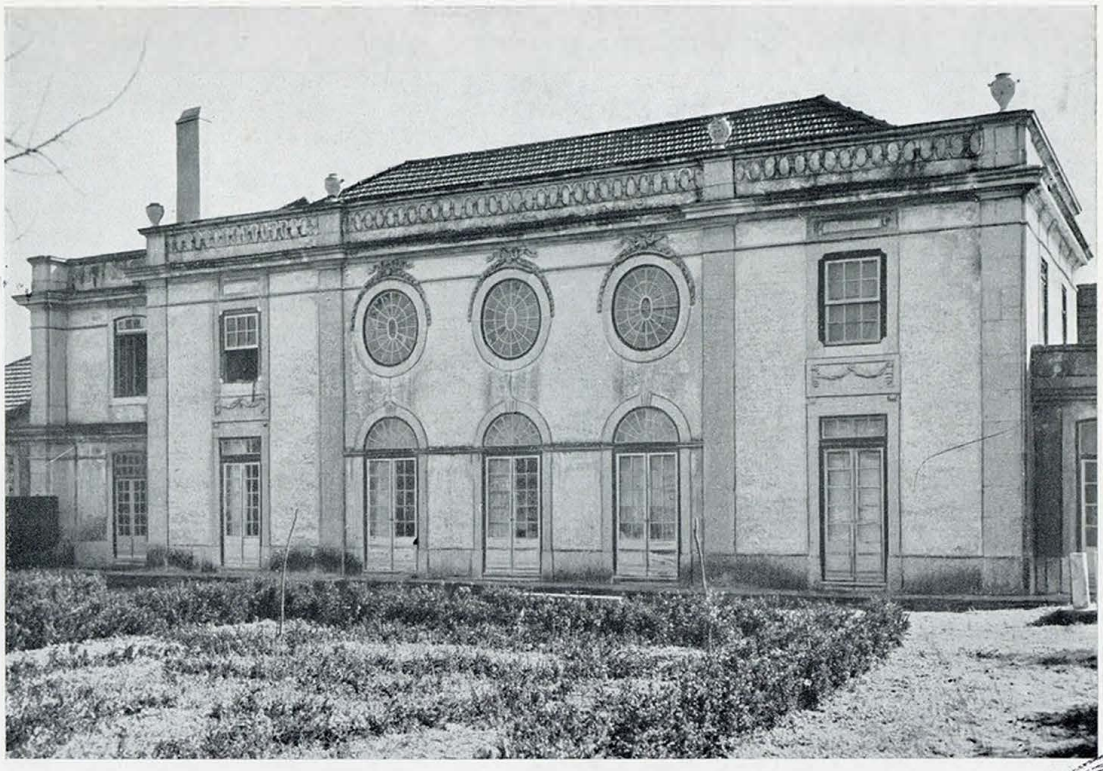
Várias **Salas,** no andar nobre, este ocupado por um depósito de antiguidades da firma Norberto Fuertes, Ltd.ª, e nelas:

Revestimentos parciais de silhares *de azulejos* setecentistas, guarnecidos de bordadura de acantos, e representando cenas campestres; silhares de azulejo tipo navio e flor; alguns tectos apainelados, hoje recobertos de branco óleo, mas que foram decorados com pinturas de figura ou ornamentais; ombreiras de mármore rosa em várias salas;

A antiga *Capela* (hoje depósito), pequena, com altar cujo fundo é emoldurado de mármore rosa, pulido, e em cuja espécie de minúsculo cruzeiro se notam quatro belas colunas de mármore rosa, também pulido, com capitéis de ordem coríntia, sobre os quais nascem os apoios de uma cúpula, ao centro da qual se nota o espaço vasio de um medalhão oval, sustentado por serafins.

(Nas dependências dos outros andares apenas aparecem alguns painéis de azulejo, de tipo jarra e flores, dos quais os melhores espécimes se encontram na antiga cozinha do andar nobre).

PALÁCIO LAFÕES



Fachada Norte sobre os antigos jardins que corresponde às salas principais (pág. 36)

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE LISBOA

Um aspecto do pátio vendo-se as frontarias Poente (primitiva) e Sul (Séc. XIX) (pág. 36)

PALÁCIO DOS GUIÕES

A frontaria, armoreada, sobre a Rua de S. Filipe Nery (pág. 40)

Tipo de decoração cerâmica de uma das escadarias (pág. 41)

PALÁCIO LAFÕES

Século XVIII

Fundação	1777
Ampliação	Séc. XIX
Beneficiações	1939

[Freguesia do Beato]

Breve notícia histórica

O Palácio Lafões, no sítio do Grilo, ao Beato, é uma edificação nitidamente setecentista, posterior ao Terramoto. Para a sua breve notícia histórica ser mais compreensível há que traçar uma síntese genealógica, de modo algum forçada.

D. Pedro II houve de D. Ana Armanda du Vergé um filho bastardo, que legitimou: o Infante D. Miguel de Bragança, que casou com D. Luisa Casimira de Sousa de Nassau e Ligne. Esta senhora era filha única de D. Mariana Luisa Francisca de Sousa Tavares Mascarenhas da Silva, que foi 5.ª Condessa de Miranda, 2.ª Marquesa de Arronches, 29.ª Senhora da Casa nobilíssima de Sousa e de muitos morgados e padroados, conhecida por «Marquesinha de Arronches», e casou com o Príncipe do Sacro Império Romano, D. Carlos José de Ligne.

D. Luisa Casimira, que foi a herdeira e sucessora dos títulos e senhorios de sua mãe, bens avultados da coroa e das ordens, e que veio a ter também (1718) o título de Duquesa de Lafões, foi mãe de D. Joana Perpétua, de D. Pedro Henrique, 1.º Duque de Lafões (1718), de D. João Carlos, que veio a ser 2.º Duque, e de D. Francisca, todos dos apelidos de Bragança de Sousa e Ligne Tavares Mascarenhas da Silva.

O Infante D. Miguel morreu, de desastre no mar, em 1724, e sua mulher, a 6.ª Condessa de Miranda, D. Luisa Casimira, sobreviveu-lhe apenas cinco anos. Assim, em 1729, o 1.º Duque de Lafões, D. Pedro Henrique, entrou sucessivamente na posse de todos os bens da Coroa e ordens que pertenciam ao Infante seu pai, e dos senhorios, morgados, vilas, comendas e inúmeros e avultados bens das Casas Miranda e Arronches, das quais herdou os títulos. Era um grande de Portugal, e veio a ser o famoso Regedor das Justiças da Casa da Suplicação.

Possuia no sítio do Grilo e de Marvila, herdados, cremos que de seu pai, grandes tratos de terrenos e quinta, no qual existiria uma casa, sem qualificação de palácio, e onde o Duque, aliás possuidor de inúmeras quintas no País, se aposentaria no verão, por ficar mais próximo da Corte. Tinha o Duque de Lafões o seu palácio no Carmo, em Lisboa, que era o dos Arronches, no qual viveu até 1743 sua ilustre avó, 2.ª Marquesa, a «Marquesinha de Arronches».

O Palácio do Carmo foi destruído inteiramente pelo Terramoto, e vemos, por documentos, o Regedor das Justiças residir, ainda em 1757, na «Cerca das Necessidades», talvez numa casa de madeira daquelas que, por emergência, então se construiram, e, mais tarde, agradecer ao Secretário de Estado, Conde de Oeiras, futuro Marquês de Pombal, o facilitar-lhe residência no Palácio Real de Alcântara, ao Calvário.

Se o Palácio do Grilo já existisse, como simples casa nobre que fosse, não careceria o 1.º Duque de Lafões, D. Pedro, de andar por moradias precárias ou de empréstimo.

Tem-se escrito, e tomado à letra, que o Palácio do Grilo foi edificado em 1760, pelo 2.º Duque, D. João Carlos de Bragança, irmão secundogénito de D. Pedro. Há que rectificar esta versão. D. João Carlos saiu de Portugal em fins de Maio de 1757 e só tornou ao Reino em 1779, dezoito anos depois da morte de seu irmão, do qual haveria de herdar a imensa fortuna e títulos. O exílio voluntário, supostamente forçado, de D. João Carlos — e o estudo deste ponto não se comporta neste trabalho — durou vinte e dois anos. De 1758 a 1760 D. João, que usava, por mercê régia, o título de Duque de Bragança, andou ocupado nas campanhas da Guerra dos Sete Anos, na Áustria, viajou depois por algumas cortes europeias, em grande estado, mas mal servido de dinheiros em relação à sua alta posição. D. Pedro, 1.º Duque de Lafões, e que tratava o irmão como um filho, morreu em 1761, mas nem por esse facto D. João Carlos entrou logo na posse do título e grande herança, o que só sucedeu de 1777 a 1781. (Foi reconhecido 2.º Duque de Lafões em 1779). Mesmo que tivessem sido largos os seus proventos como oficial general dos exércitos austríacos, ele, que gastava como um príncipe, não teria recursos próprios para edificar um palácio, nem disso notícia, vaga que seja, consta da correspondência com o irmão. Apenas nos papéis que restam do arquivo da Casa de Lafões existem umas alusões, em cartas para a irmã D. Francisca, de uns projectos de arquitectura para as casas da Quinta da Fonte Bela e da do Grilo, tudo muito posterior à morte do irmão.

Não há dúvida de que o Palácio do Grilo estava lançado e já habitável quando se instituiu a Academia Real das Ciências (1779), e de que nele se realizaram reuniões preliminares. Ainda subsiste no palácio uma sala denominada «da Academia», por tradição. Há que ter por mais exacto que o Palácio do Grilo teria sido começado a edificar, ou a reedificar sobre núcleo primitivo, em 1777, que foi quando a D. João Carlos foram restituídos rendimentos acumulados de comendas e senhorios. Mas a edificação foi muito lenta, e a parte Norte do palácio ainda no terceiro quartel do século passado (segundo Pinho Leal, contemporâneo) não estava erguida.

D. João Carlos, mal regressou ao Reino, instalou-se no seu inacabado palácio, rodeou-se de imensa livraria e de quadros, ali casou em 1788, já de avançada idade, com D. Henriqueta Maria Júlia de Lorena e Meneses, filha dos Marqueses de Marialva, e ali morreu em 1801.

Eis a síntese histórica regressa do actual Palácio dos Lafões.

De seu casamento houve o 2.º Duque de Lafões uma filha, D. Ana Maria José Carlota de Bragança e Ligne de Sousa Tavares Mascarenhas da Silva, 3.ª Duquesa, que tinha apenas nove anos quando sucedeu a seu pai na posse da importante casa e no direito de todos os títulos de juro e herdade, e ainda veio a herdar, em 1823, vários morgados de seu tio materno, o 6.º e último Marquês de Marialva, D. Pedro Vito de Menezes, que morreu sem descendência; aquela senhora casou em 1819 com D. Segismundo Caetano Álvaro Pereira de Melo, filho dos quintos Duques de Cadaval, e faleceu no seu palácio em 1851. Sucedeu-lhe nos seus títulos de Lafões, Arronches e Miranda, e na posse dos bens próprios e nos advindos das Casas Marialva e Cadaval, sua filha D. Maria Carlota de Bragança, dos mesmos apelidos de seus maiores, 4.ª Duquesa, a qual veio a casar com D. Pedro de Portugal e Castro, filho dos 5.º Marqueses de Valença, que sobreviveu a sua mulher, e morreu em 1878.

A representação das Casas citadas e a posse do palácio passaram para D. Caetano Segismundo de Bragança, 5.º Duque, que herdou os títulos e bens dos seus antepassados, mas não os dos morgados de Soure e de Marialva, por haverem os morgadios sido extintos. A este sucedeu o 6.º Duque, D. Afonso de Bragança, que casou com D. Alice de Macedo, e por morte de D. Afonso, em 1946, passaram casa e títulos a seu filho primogénito, dos sete que teve, D. Lopo Caetano, 7.º Duque, casado com D. Maria José da Graça Faco Viana Barreto.

No decorrer do século passado o palácio por várias vezes restaurado, e ampliado com a construção de anexos, e no actual século tem já recebido benefícios, nomeadamente em 1939. No tempo do 5.º Duque, D. Caetano Segismundo, foram vendidas grandes parcelas de terreno, a Poente, para ampliação dos serviços da Manutenção Militar, e outros, a Norte, para urbanização; deste sorte a quinta desapareceu e os jardins estão reduzidos, e sem o antigo brilho paisagístico.

No corpo principal do palácio residem, além da Duquesa, viúva de D. Afonso de Bragança, os actuais Duques de Lafões. Os baixos do palácio e do terraço, do lado da Rua do Grilo, e ainda outras várias dependências, andam arrendados.

O Palácio Lafões, dos raros de Lisboa que se conserva na posse da família directa do seu fundador, a qual durante vários anos o não habitou, conheceu no século passado alguns períodos de esplendor e disfrutou sempre de um ambiente mais cultural que político e mundano. No palácio, no tempo do 2.º Duque, teve aposentadoria especial, depois de ter estado recolhida, até 1762, no Convento da Encarnação, D. Ana de Bragança, filha natural do 1.º Duque, D. Pedro, e de D. Maria Clara de Portugal, a «Flor da Murta», que fora favorita de D. João V.

INVENTÁRIO

O Palácio Lafões ocupa uma área, relativamente grande, limitada a Sul pela Rua do Grilo, a Nascente pela Calçada do Duque de Lafões, a Norte pelo jardim, e a Poente pelas instalações da Manutenção Militar, que foram antigo jardim e hortas. Apresenta em planta um aspecto aparentemente confuso, mas o corpo primitivo, sobre a antiga estrada, a Poente, é nitidamente regular.

Na primeira metade do século passado, quando o rio chegava quase à base Sul do Palácio, existiu ali um cais chamado dos «Duques».

Exterior

Cumpre anotar:

A **Fachada Sul**, sobre a Rua do Grilo, composta por um corpo único, primitivo, e, nela: o andar superior com quatro janelas de peitoril; o andar nobre com quatro janelas de sacada, com varões de nós, e sobrepujadas de cornija saliente; o andar térreo, revestido de ensilhamento setecentista com três portas e uma fresta, correspondentes hoje a armazéns arrendados, e primitivamente cocheiras; um registo de pedra, do tamanho de um azulejo, colocado sob o andar nobre, e no qual se lê em letras cavadas: «S. Bto de Xabregas», tendo ao centro, cavada, uma meridiana e as iniciais O e E (Oeste e Este), registo que pode significar que o edifício foi erguido em terrenos do domínio directo do vizinho antigo Convento, que foi impròpriamente chamado de S. Bento de Xabregas;

O *Corpo Anexo*, sobre a Rua do Grilo, contíguo pelo Nascente à Fachada Sul, baixo, com um único pavimento térreo, dividido em três sectores: o primeiro encostado à ala Poente do palácio, com uma porta e duas janelas, guarnecido superiormente por balaustrada, e cavado primitivamente na muralha do terraço superior; o

segundo, com quatro portas, guarnecido superiormente por cortina de grades, cavado na muralha no começo do actual século, e no tempo do 5.º Duque, com destino a estabelecimentos comerciais, que deram, posteriormente, lugar a um salão de cinema; o terceiro, no extremo Nascente da muralha, guarnecido superiormente de simples muro, e cavado ainda posteriormente no segundo sector, com duas portas (Corpo de Voluntários do Beato) e mais cinco, de estabelecimentos;

A **Fachada Poente,** sobre as antigas hortas, hoje dependências da Manutenção Militar (1897), e nela: uma ordem superior de dez janelas de peito; outra ordem no andar nobre de dez sacadas, no tipo setecentista das da frontaria Sul; algumas portas entaipadas, uma delas de guarnição de aresta abaulada;

A **Fachada Norte,** sobre o jardim (para o qual se sobe, desde o Pátio, por uma rampa), a mais decorativa do palácio traçada numa sugestão do Petit Trianon, mas que não é a principal, e nela: um corpo central, com três janelas de óculos engrinaldados e envidraçados, e três portas, que rematam em arco de volta redonda e que abrem para uma grande sala; dois corpos laterais, estreitos, cada um com uma janela de peitos e uma porta, com guarnição de grinalda na sobreverga; a balaustrada contínua que serve estes três corpos anexos mais baixos, nas extremidades, cada um com sua porta, e o corpo do Nascente também com uma janela;

A continuação da **Fachada Norte,** mais recuada, fazendo um ângulo recto, correspondente à face Norte da ala Poente do palácio, orientada sobre uma faixa dum antigo jardim em plano mais inferior, e nela: quatro janelas superiores e outras tantas portas, de cujo patim desce uma pequena escadaria para a citada faixa de jardim, na qual se situam umas curiosas grutas em abóbadas de pedra sobrepostas;

O **Pátio Interior,** com entrada por um portão, de chapa de ferro, n.º 1 da Calçada do Duque de Lafões, e que abre de uma pequena rotunda, e nele: ao fundo, uma parte da *face posterior* da ala Poente, com cinco janelas superiores, rectangulares, e outras tantas portas que abrem para salas; do lado Norte a *face posterior* da ala Norte, já referida, com sete portas para várias dependências, sendo a central, correspondente à escadaria, ladeada por dois lampeões de braço, vulgares, e outra a da Capela; do lado Sul: um antigo pavilhão, que esquina para o terraço, uma reentrância que abre por uma tríplice colunata, e uma porta, contígua em ângulo à face do fundo;

Um prédio *anexo,* situado à direita da entrada do Pátio, certamente de construção mais recente, com quatro janelas superiores, várias portas, uma garagem, e, junto dela, o começo da rampa que conduz aos jardins superiores;

O *terraço,* desluzido, antigo jardim, agora simples cobertura do anexo baixo da Rua do Grilo, no qual se situam clarabóias dos estabelecimentos inferiores. (Neste primitivo jardim, que teve esplendor, agora descaracterizado, vêem-se apenas, sobre plintos, alguns vasos ornamentais de pedra e de cerâmica).

Interior

O interior do Palácio Lafões distingue-se pelo seu carácter do final do século XVIII na parte primitiva, a Poente, cujas salas diferem em muito das da parte Norte, já do século XIX na ala sobre os jardins grandes e antiga mata.

A **Escadaria,** entrada principal de acesso ao palácio, que nasce do lado Norte do pátio interior, e nela:

A *guarnição* de azulejos das paredes, de tipo francês, certamente ali posteriormente adaptada, cerâmica portuguesa do final do século XVII ou começo do século XVIII e que pode ser quanto reste da casa nobre primitiva que teria antecedido o palácio;

As três *sobreportas* do pequeno patamar superior, com os brasões heráldicos dos Lafões, Mirandas e Arronches (modernos, século XIX).

A **Sala dos Óculos,** a maior, mas não a mais bela, do palácio, que abre, a Norte, dos antigos Jardins, e se segue ao topo da Escadaria, e nela:

O *tecto liso,* restaurado em 1939, com uma roseta central; oito *óculos ovais* iluminantes nas quatro paredes; vários *quadros,* a óleo, século XVIII, quase todos da escola espanhola, representando uns figuras de família, outros personalidades estrangeiras, como o Rei Carlos XII da Suécia, o Imperador José, da Lorena, o papa Clemente XIV, príncipes e cardiais, ainda outro D. José I, e um, do século XIX, muito apreciável pelo carácter da pintura, onde figuram, em fundo, os segundos Duques de Lafões, e em plano, entre outros, a 2.ª e a 3.ª Duquesa, esta ainda menina;

A **Sala de Jantar,** e nela, o chão de tejoleira, primitivo; um rodapé de azulejos setecentistas; o tecto e as paredes lisas (após os restauros); *retratos* de personalidades de família e um de Isabel de Faruese;

A **Sala de Estar,** restaurada recentemente, com pilastras caneladas de ordem dórica, embebidas nas paredes; os vãos das paredes forradas de seda; um grande vaso de mármore italiano num nicho ao topo; retratos de D. Pedro II e D. João V.

Na ala primitiva, Poente, a um plano mais inferior, as salas, acusando a passagem do tempo, têm sido mais poupadas a restauros:

O **Átrio,** ou **Sala de Entrada,** que abre do fundo do pátio, e nela:

O *tecto,* de estuque (restaurado) liso, com ovais lisos; a *guarnição* superior das paredes, com pinturas de grinaldas suspensas; silhares de azulejos polícromos, D. Maria I, no tipo dos da basílica da Estrela; chão de tejoleira;

A **Sala de Vénus,** contígua à anterior e nela:

Um grande oval, no *tecto,* em pintura a fresco, representando Vénus a emergir das ondas entre dois tritões; a sanca, de relevos de estuque (restauro do século XIX);

belos *silhares de madeira,* recobertos de delicada pintura ornamental, assim como as almofadas das portas e vãos das paredes;

A **Sala Chinesa,** muito decorativa, e nela:

Pinturas polícromas a fresco, no tecto, paredes, sobre portas e vãos, no estilo D. Maria I, com ornatos delicadíssimos, camafeus e grinaldas finas, vendo-se ao fundo, armoriadas de duque, as iniciais de D. João Carlos de Bragança (J. C. B.);

A **Sala da Academia,** onde se realizaram as sessões preliminares da Academia Real das Ciências, com a presença do 2.º Duque de Lafões, do Abade Correia da Serra e de outros letrados; e nela:

A *decoração* geral polícroma, delicada, do final do século XVIII; o *tecto,* ao centro do qual, num grande oval, guarnecido de estuque, se nota uma *alegoria,* a fresco, às artes e às ciências, com uma figura central de mulher alada; as paredes, recobertas por três grandes *frescos* alegóricos, também às artes e ciências, com curiosa figuração infantil;

A Sala do Duque, e nela:

O magnífico *tecto,* com pintura de ornato, polícroma, no estilo de decoração das outras salas desta cela; os *silhares de madeira,* paredes e portas, recobertas da mesma delicada pintura ornamental das salas anteriores; o *retrato,* a óleo, de *D. João Carlos,* 2.º Duque de Lafões, os da 2.ª Duquesa com seu filho o Duque de Miranda, ainda o de D. Pedro de Meneses, Marquês de Marialva; chão de «parquet» (século XIX);

Outras *salas,* ou câmaras, apresentam decorações no mesmo estilo das salas descritas, mas com menos interesse.

A **Capela,** pequena, revestida de estuques, imitando mármores, sem relevo artístico especial, e nela: o altar, pobre; a galeria inferior circundante, com grades de ferro; duas boas *pinturas, sobre cobre,* representando a «Deposição» e a «Descida da Cruz».

(Várias dependências desta sala mostram pormenores nìtidamente setecentistas do tempo da fundação do palácio).

PALÁCIO DOS GUIÕES

Século XVIII

Fundação 1767
Restauros 1910

[**Freguesia de S. Mamede**]

Breve notícia histórica

O Palácio dos Guiões — sua denominação de sempre — sito na Rua de S. Filipe Nery, é uma edificação do terceiro quartel do século XVIII, erguida em terrenos da quinta de D. Helena (D. Helena Maria de Melo), a qual no ano do Terramoto, mas antes dele, passada à posse dos padres da Congregação do Oratório dos padres de S. Filipe Nery.

Levantou o palácio o desembargador Romão José da Rosa Guião e Abreu, familiar do Santo Ofício, que logo a seguir ao sismo grande aforou uma boa porção de terreno da citada quinta aos padres da Congregação. O edifício estava de pé em 1767, mas é de crer que o seu fundador já nele residisse antes do palácio acabado. O desembargador morreu no final do século e o palácio passou a quatro filhos, todos desembargadores, e a uma filha, que ali residiam em 1820. Um dos filhos, o desembargador Francisco José Guião, único que casou, teve nove filhos de sua mulher D. Joana Perpétua Feio Sanches de Gusman, e foi o primogénito, António José de Abreu Guião, quem veio a administrar a casa vinculada.

A fazenda dos Guiões desmantelou-se, e em 1838 já o palácio, que o desembargador Romão fundara setenta anos antes, ia à praça, com os protestos do seu administrador de então, o citado António José, que conseguiu demorar a execução da penhora até 1842. Parece que a propriedade passou mais tarde a um Manuel Lecoingt, que no edifício tinha instalado um «Colégio Luso-Britânico» desde cerca de 1853; não teve o palácio melhor sorte, pois em 1883 ia novamente à praça por execução contra o dito Lecoingt, arrematando-o o Conde da Praia e Monforte, depois 1.º Marquês, proprietário do Palácio Praia, no Largo do Rato, e que na velha casa dos Guiões algum tempo teria residido. Por morte de D. António Praia, em 1903, o palácio ficou para sua filha, D. Francisca Maria Coutinho Borges de Medeiros da Câmara e Sousa, que veio a ser Condessa de Cuba, por seu casamento com D. Alexandre de Lencastre, e falecida em Janeiro de 1945. O palácio foi então legado à Ordem Terceira de Jesus, à qual hoje pertence.

O velho Palácio dos Guiões — amplamente restaurado, sem grandeza, em 1910 — foi habitado, além dos seus proprietários, por famílias afins, e depois de 1830 serviu de aquartelamento ao regimento de caçadores 6, até nele se instalar o aludido «Colégio Luso-Britânico».

O edifício está desde há muito entregue a inquilinato, residindo em todo o primeiro andar nobre, desde 1926, o professor dr. Pulido Valente, com sua família, e noutras alas os Condes de Bobone, D. José Melo Breyner, e outras três famílias. O grande jardim posterior anda também arrendado.

INVENTÁRIO

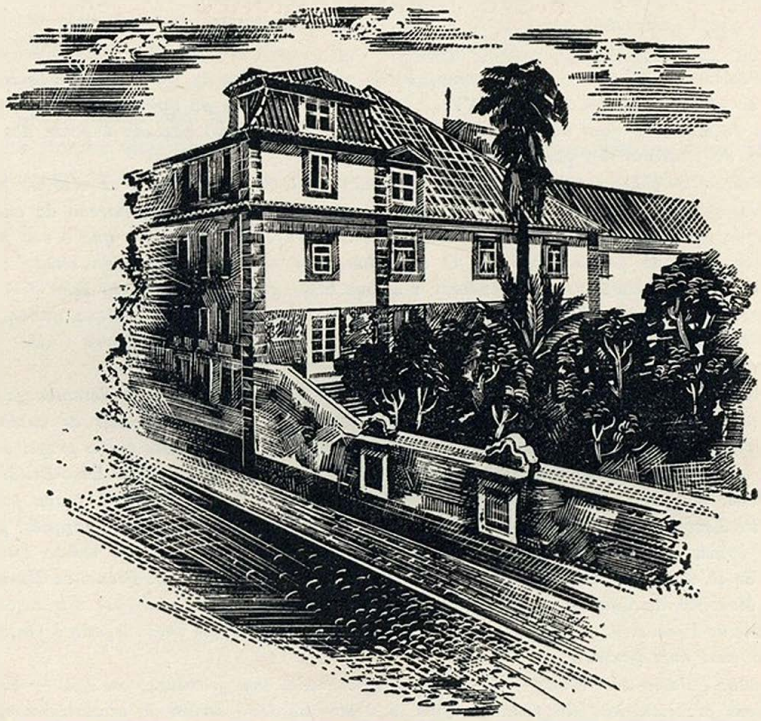
O Palácio dos Guiões, cuja frontaria está orientada a Poente sobre a Rua de S. Filipe Nery, e rodeado lateral e posteriormente de jardins, oferece um semblante repousado, mas sem beleza destacada, embora com unidade arquitectónica.

Exterior

Anota-se:

A Frontaria Principal, constituída por um corpo central e dois laterais, estes cortados nas extremas por pilastras, e nela:

O *Corpo Central,* coroado por tímpano, adornado com três pináculos; três janelas de peitoril no andar superior acima do entablamento, estando colocada sob a janela central uma pedra de armas de heráldica confusa, coroada de visconde, com as armas esquarteladas dos Costas, Barbosas, Fagundes, Farias, e outras duas, de difícil identificação, tudo pretendendo representar ante-



Fachada lateral Sul e trecho dos jardins

passados dos Guiões; três janelas de sacada no andar nobre, ligadas por uma varanda, e coroadas de áticas triangulares; o portal, de emolduração simples, e acachapada, ladeado por uma janelas de grades de cada lado;

Os *Corpos Laterais*, cada um com seis janelas de peito no andar superior, seis janelas de sacada no andar nobre, e várias janelas no andar térreo, no qual se abre uma porta no corpo Norte;

A **Fachada Sul,** à altura do andar nobre e que cai sobre um terraço;

O *Muro*, de defesa do jardim, na parte inferior da rua.

Interior

O antigo Palácio dos Guiões, que teve certa grandeza, divide-se por três andares noutras tantas alas, não passando, em rigor, de um grande casarão burguês, com muitas dezenas de dependências, das quais, àparte alguns panos de cerâmica, desapareceu qualquer carácter nobre.

Anota-se:

O *Pátio*, além de um grande arco de volta abatida de sustentação do edifício.

A **Escadaria,** que nasce à esquerda do Pátio, em três lanços até ao andar superior, toda guarnecida nas guardas e nas paredes de silhares de azulejos polícromos, tipo xadrez, setecentistas, das olarias do Monte Sinay, e, nela, no segundo e no terceiro patim, figuras recortadas acima dos silhares, de perfil, policromadas, e nos mesmos patins portas guarnecidas de cantaria que abrem para os vários pavimentos (no patim inferior havia idênticas figuras recortadas que foram guarnecer uma casa da Condessa de Cuba, em Paço de Arcos);

As **Salas,** todas desluzidas e sem grandeza, caracterizadas algumas por tectos de estuque de ornatos finos, a branco, sobre estrutura de masseira, que devia corresponder à traça primitiva setecentista, alterada em 1910, e com alguns magníficos silhares de azulejos polícromos, do tipo dos da escadaria;

O terraço, do lado Sul, que abre da Sala de Jantar — a mais destacada — no andar nobre, caindo sobre os jardins e guarnecido de muretes, e, nele, panos de *azulejos*, setecentistas, a azul e branco, representando um banquete, um concerto musical, uma cena de jogo de cartas, outra cena galante, com figuras, além do revestimento dos muretes com cerâmica polícroma à base de amarelo, com figuras de animais e bustos.

PALÁCIO QUINTELA

Século XVIII

Edificação 1777-1788
Restauro e transformação 1822

[Freguesia da Encarnação]

Breve notícia histórica

O Palácio Quintela, na Rua do Alecrim, é uma edificação setecentista de vistosa arquitectura e de linhas harmoniosas, que data de 1777.

O seu núcleo primitivo, do qual não restam vestígios, recuava ao século XVI, pelo menos na sua parte Sul, tempo em que D. Jorge de Melo aforou à Câmara (1521) uns terrenos neste sítio desocupados. Se nos guiarmos por Júlio de Castilho, que teve em suas mãos o tombo autêntico do vínculo de Farrobo, e nos assevera que quanto nos diz é «o mais autêntico possível», aquele fidalgo edificou naqueles chãos a sua moradia, nobre sem dúvida, e que, mais tarde depois de haver pertencido a sua viúva, D. Antónia de Mendonça, e sucessivamente a vários compradores, veio a ser arrematada em hasta, em 1648, por D. Afonso de Portugal, Marquês de Aguiar e 4.º Conde de Vimioso, em cuja família se continuou; foi D. Miguel de Portugal, 6.º Conde, quem restaurou a velha casa que fora de D. Jorge de Melo, e a converteu num palácio digno de nobreza do seu título. Deste passou o palácio para o filho D. Francisco de Portugal, 8.º Conde de Vimioso e 2.º Marquês de Valença, que viu a sua casa nobre da Rua do Conde (do Alecrim) ser devorada por um incêndio em 25 de Novembro de 1726. O edifício, ou o que dele restava, pois os seus proprietários não mais o habitaram, e não parece que o houvessem reedificado, foi em 8 de Maio de 1731 arrematado em praça pelo licenciado André Rodrigues da Costa Barros, que não cuidou de o restaurar dignamente; o Terramoto acabou por destruir o que estaria de pé, recomposto ou não, «duas moradas de casas — diz Júlio de Castilho —, «encostadas pelo Norte à casa da irmandade da igreja nova da Encarnação», o que nos deixa a ideia de que as casas de André Rodrigues, que sucederam ao palácio Valença, ocupavam todo o espaço onde vem a ser erguido o Palácio Quintela.

Em 2 de Junho de 1777 o desembargador da Casa da Suplicação Luís Rebelo Quintela, homem abastado, adquiriu as casas arruinadas pelo Terramoto, com 44m,66 de frente sobre a Rua que é hoje do Alecrim e outros tantos, no posterior sobre a Rua do Tesouro, depois António Maria Cardoso.

Estas casas, sobre a Rua do Alecrim, eram as antigas do Marquês de Valença, e que haviam sido de Jorge de Melo — diz Castilho —, passadas depois ao licenciado Rodrigues Barros.

Não se chega a esta conclusão após cuidada leitura das primeiras vinte páginas do vol. II da recente e valiosa obra do engenheiro sr. Vieira da Silva «A Cerca Fernandina de Lisboa», elaborada na correspondência do Tombo de 1755. Dois terços do lado Norte do Palácio Quintela, na frente Alecrim, constituiam no ano do Terramoto propriedade da irmandade do Sacramento da freguesia da Encarnação, e apenas uma terça parte, a do lado Sul, e o terreno onde foram construidas as cocheiras do palácio, correspondiam às casas do licenciado André Roiz (o citado André Rodrigues Barros, por Castilho).

Deste modo será erro dizer-se que o Palácio Quintela Farrobo assenta onde foram as casas nobres dos Vimiosos e Valenças; assenta apenas numa parte do seu chão. (Deve lembrar-se que o verdadeiro Palácio dos Marqueses de Valença se situava na Rua do Tesouro Velho, e foi totalmente destruído pelo Terremoto).

Luís Rebelo Quintela, propretário dos terrenos entre as ruas do Alecrim e do Tesouro Velho, tratou pouco depois de erguer uma edificação para sua moradia, e que não seria pròpriamente um palácio. Depois de um curto embargo posto pela Cámara, as obras prosseguiam em 1782, ano em que Luís Quintela morreu. Seu sobrinho e herdeiro, Joaquim Pedro Quintela, que viria a ser, em 1805, 1.º Barão de Quintela, foi mais longe que o tio, e comprou, em 1788, outros terrenos sobre a Rua do Conde, para expandir o edifício e imprimir-lhe grandeza.

Foi aquele titular o verdadeiro fundador do Palácio Quintela, devendo-se-lhe também a construção do largo fronteiro, que veio a ter a denominação do titular, para o que Joaquim Pedro adquiriu uns casebres que no local existiam, terraplanando o chão que se tornou eirado de desafogo público. Estava o palácio recém-construído, e já instituído (1801) o morgado de Quintela, cuja cabeça era a Quinta do Farrobo próximo de Vila Franca, quando o general Junot, que invadira Portugal, nele se instalou (1807-1808).

Ao fundador da casa sucedeu seu filho, também Joaquim Pedro, 2.º Barão de Quintela e 1.º Conde de Farrobo, homem opulento e artista, que se entregou ao propósito de enriquecer interiormente o palácio, no qual promoveu (1822) importantes restauros.

Entre outros artistas trabalharam na traça e decoração do palácio, em vários períodos, o arquitecto João Baptista Hildebradt, o estucador Félix Salla, mais tarde o decorador Cinatti e o pintor António Manuel da Fonseca, este cerca de 1822.

Com a derrocada da fortuna dos generosos Quintelas-Farrobos, em virtude do desfecho de uma longa demanda judicial, poucos anos antes da morte do Conde, em 1867 — o formoso palácio da Rua do Alecrim acabou por ir à praça, o que sucedeu cerca de 1874, adquirindo-o o capitalista Mendes Monteiro, de quem passou para seu filho, o dr. António Carvalho Monteiro, e por morte deste, e em partilhas, para sua filha casada com D. Francisco de Almeida; por morte daquela senhora a propriedade transitou para a filha do casal, D. Maria José Monteiro de Almeida, de Daun Lorena por seu casamento com Sebastião de Daun e Lorena (Pombal), senhora a quem o Palácio Quintela ainda pertence, mas que nele não habita.

A propriedade, no seu todo, está desde há poucos anos arrendada ao capitalista açoreano Augusto de Ataíde, que reside no andar nobre onde recentemente promoveu restauros, e que, por sua vez, sub-arrendou as lojas e sobre-lojas para estabelecimentos comerciais e escritórios.

O Palácio Quintela fez parte da crónica política, social, aristocrática e mundana da vida lisboeta e ficou inscrito, tristemente, nos anais da história portuguesa, quando deu abrigo forçado ao general napoleónico, comandante da primeira invasão francesa.

A primeira casa nobre de D. Jorge de Melo, depois solar palaciano dos Vimiosos e Valenças, apoiava-se e encobria o troço da muralha da Cerca de D. Fernando, que aqui corria, e da qual não restam vestígios à vista.

INVENTÁRIO

O Palácio Quintela — denominação que perdura — pode ser considerado como um dos poucos que os vandalismos pouparam, e mantém o seu exterior no mesmo semblante repousado do tempo do Conde de Farrobo. Ocupa uma área relativamente grande entre as Ruas do Alecrim e António Maria Cardoso.

Exterior

Assinala-se:

A Fachada Principal, sobre a Rua do Alecrim, beneficiando do desafogo do Largo do Barão de Quintela, constituída por três corpos ligados:

O *Corpo Central,* e nele: o portal nobre, de uma arquitectura mais pretensiosa do que elegante, guarnecido por pilastras de cantaria com lavores a meia altura, ladeado por dois lampeões de braço nos quais avultam as naus emblemáticas de Lisboa, e rematado em tímpano de grade; uma ordem de três janelas de sacada no andar nobre, com grades oitocentistas, e guarnecidas de varanda corrida que se apoia, ao centro, sobre o entablamento do portal; o frontão central, triangular;

Os *Corpos Laterais,* cada um com uma ordem de quatro janelas no andar nobre, do tipo das do corpo central, com uma porta e quatro janelas iluminantes no andar térreo do lado Norte, e quatro portas de estabelecimentos no mesmo andar do lado Sul;

A face exterior do *Anexo,* contíguo, do lado Sul do edifício, sobre a Rua do Alecrim, no qual se nota o muro defensivo do pátio, cuja cimalha é guarnecida de vasos ornamentais, e no qual avulta o *portal* decorativo, alto, rematado por tímpano semi-circular de grade, e coroado por um alçado vistoso; o portal dá acesso ao Pátio, ainda do antigo Palácio Valença, que corresponde ao das antigas cocheiras, abobadadas como as dependências do palácio, hoje estabelecimentos comerciais, que lhe ficam contíguos pelo lado Norte (no fundo das antigas cocheiras, actualmente arrendadas para armazém, passava um troço da muralha da Cerca de D. Fernando);

A **Fachada Posterior,** sobre os jardins, do lado da Rua António Maria Cardoso, constituída por três corpos, menos destacados do que os da fachada principal, sendo o do centro rematado por frontão, e servido por um curto escadório que nasce ao nível do jardim;

O **Jardim** (outrora luzido grangeio do palácio, e hoje completamente abandonado) contido entre a fachada posterior Nascente do edifício e o muro da Rua António Maria Cardoso, com prolongamento para Sul, e no qual se conserva ainda uma cascata num topo, um lago, com composição central de golfinhos de mármore, e o terraço abaulado sobre as dependências das antigas cocheiras do lado da Rua do Alecrim;

Interior

O Interior do Palácio representa ainda a época dos Quintelas-Farrobos, e é dos raros edifícios de Lisboa desta espécie que com facilidade podia ser reposto no seu antigo esplendor. Mantém a sua dignidade.

Anota-se:

O **Átrio,** além do portal da fachada principal, cuja abobada de dois tramos é seccionada por um arco de volta abatida; à esquerda abre-se a porta, guarnecida de cantaria e rematada em arco, que conduz à elegante

Escadaria, de dois lanços, e nela: as *pinturas,* a têmpera sobre estuque, cobrindo completamente os espaços livres das paredes, representando figuras mitológicas e as «Façanhas de Hércules»; o tecto, de estuque de relevo, com pintura a claro escuro na sanca, e ainda uma alegoria central, com a figura de Mercúrio, um vitral iluminante, polícromo no topo do patamar intermédio, no qual avulta o brasão usado pelo Conde de Farrobo (cruz de prata florida em campo vermelho — Pereiras —, três faixas de ouro, cada uma com uma flor de liz, em banda — Rebelos);

O *Vestíbulo* superior, com cúpula oitavada rectangular, coroada por lanternim, e cujas ombreiras das portas que nela se abrem são de mármore cinzento.

De entre as Salas do palácio, pode destacar-se:

A **Sala Romana** (1822) cujas três janelas correspondem à varanda corrida do corpo central da frontaria, ou **Salão Nobre,** e nela:

A pintura mural, em dois grandes painéis de canto, formando ângulo, representando o «*Rapto das Sabinas*», com simulação de tapeçaria, composição larga e vistosa de António Manuel da Fonseca (a este artista e professor se devem, noutras salas, pinturas de paredes, pelo mesmo pintor restauradas em 1880, contava ele oitenta anos); seis *medalhões* rectangulares, nas sobreportas, representando cenas romanas; um *medalhão superior* no qual se figuram a loba romana com Rómulo e Remo; o tecto, de estuque em relevo, patinado e com ornatos, sobre o primitivo apainelamento, e com uma figura central, em pintura a óleo, representando Júpiter; pinturas mais reduzidas nas paredes, trabalhadas no mesmo tom quente dos painéis, representando duas figuras, que se supõem serem os retratos do próprio pintor Fonseca (esta assinada e datada, 1822) e do arquitecto Hildbradt, que com aquele trabalhou no grande restauro do palácio); pinturas do actual século, do decorador Domingos Costa, cobrindo o vão de uma parede do qual fora retirado um magnífico fogão de sala, de mármore, mandado construir pelo Conde do Farrobo.

A **Sala de Baile,** com tecto do mesmo tipo do da Sala Romana, pródigo de ornatos e de relevos dourados de estuque, envolvendo uma pintura central alegórica, cheia de movimento e de figuras, uma das quais sustenta a bandeira branca do «Vintismo» (1822);

A Sala de Jantar, esta sobre o Jardim, também com pinturas e ornatos de relevo de estuque no tecto e nas paredes, no tipo das decorações das salas antes citadas, da época do restauro promovido pelo Conde de Farrobo.

(O Palácio Quintela contém outras muitas salas e dependências, algumas com boas decorações, mas um tanto desfiguradas a despeito de restauros recentes. É dos poucos palácios de Lisboa que podia, com relativa facilidade, reintegrar-se no primitivo esplendor).

CASA NOBRE DE LÁZARO LEITÃO

A fachada, de estilo joanino, sobre a Rua da Junqueira, vendo-se a entrada da capela, à direita (pág. 22)

BIBLIOTECA

PALÁCIO PRAIA

Fachada sobre o Largo do Rato e Calçada Bento da Rocha Cabral (pág. 49)

PALÁCIO QUINTELA

Fachada principal sobre a Rua do Alecrim, distinguindo-se o corpo central e portal nobre (pág. 45)

Aspecto da fachada Sul e dos antigos jardins (pág. 45)

PALÁCIO PRAIA

Século XVIII

Fundação 1784
Restauros e benefícios . . . . . Séc. XIX

[**Freguesias de S. Mamede**]

Breve notícia histórica

O Palácio dos Marqueses da Praia, no Largo do Rato, é uma edificação de 1784, ou de pouco antes. Ergueu-o, em primeira traça, Luís José de Brito, contador do Real Erário, e tesoureiro das contribuições para a superintendência das Obras das Águas Livres, sobre chão rústico e casas que pertenceram à fábrica de louça do Rato. Falecido o edificador em 1804, sua viúva, D. Helena Vitória Pinto de Morais Sarmento, que residia no palácio — se é que ele merecia este nome —, vendeu-o anos depois ao 1.º Barão de Quintela, Joaquim Pedro Quintela, que na casa promoveu restauros. Por morte deste, em 1817, passou para sua filha D. Maria de Gertrudes Quintela, casada com o 4.º Conde da Cunha, José Maria Vasques Álvares, e por morte daquela senhora transmitiu-se a sua filha única, D. Maria do Carmo da Cunha Quintela, casada, aos doze anos de idade, em 1827, com D. João Manuel de Menezes, feito em 1821, por morte de seu pai, 2.º Conde e 2.º Marquês de Viana. Tal como o primeiro Quintela, D. João Manuel promoveu novos restauros e aformoseamentos na casa timidamente erguida pelo contador do Real Erário. Foi este o período áureo do Palácio dos Marqueses de Viana, durante o segundo quartel e meados do século XIX, sucedendo-se festas, recepções e bailes, que deram brado e ficaram nas crónicas aristocráticas e mundanas de Lisboa.

No ano de 1839 o Marquês de Viana comprou um prédio da então Calçada da Louça, contígua ao Palácio, que era o edifício da antiga fábrica de louça do Rato — tão afamada ainda —, e, transformando-o, ergueu a propriedade que ainda ali subsiste, e foi integrada no palácio. Nesse prédio fez construir a capela da casa, da traça do arquitecto Manuel Joaquim de Sousa, havendo assistido à inauguração Almeida Garrett; a primitiva invocação foi a de N. Senhora da Bonança, passando mais tarde para a de N. Senhora da Conceição.

Arruinada a família Viana, o palácio foi à praça, adquirindo-o Luís Coutinho de Albergaria Freire, 1.º Visconde de Monforte, casado com D. Ana de Brito Mousinho; por morte do Visconde herdou o palácio sua sobrinha D. Maria José Coutinho Maldonado Albergaria Freire, que casara em 1859 com seu primo D. António Borges de Medeiros Dias da Câmara e Sousa, Conde da Praia, mais

tarde Marquês da Praia e Monforte. Falecido este em 1903, o palácio transmitiu-se a seus filhos, D. Duarte, 2.º Marquês, e D. Maria Francisca Borges Coutinho de Medeiros de Sousa Dias da Câmara, Condessa de Cuba, por seu casamento com D. Alexandre de Lencastre, Conde de Cuba, cabendo ao primeiro a parte Poente, e a sua irmã a parte Nascente e o prédio anexo sobre a Calçada Bento da Rocha Cabral (antiga Calçada da Louça). Falecido D. Duarte em 1907 a sua parte no palácio transmitiu-se a seu filho, D. António, 3.º Marquês da Praia e Monforte, que na parte Poente do edifício reside, e por falecimento da Condessa de Cuba, em Janeiro de 1945, por efeito de legado testamentário, a sua parte no palácio foi legada a um seu sobrinho, D. Pedro de Sousa Holstein Beck, filho terceiro do actual 5.º Duque de Palmela, D. Domingos, e bisneto do 1.º Marquês da Praia. A capela, instalada no edifício anexo, mas antes integrada no palácio, foi legada pela Condessa de Cuba ao Patriarcado.

A parte nobre do palácio, a Nascente, legada ao citado D. Pedro, está devoluta, desguarnecida de mobiliário, e destina-se a arrendamento ou a venda.

Desta sorte o palácio do Rato, dos Marqueses de Viana, e depois dos Marqueses da Praia, ainda que em parte habitado, é hoje uma sombra do que foi, em fausto e mundanismo, no decorrer do século passado.

INVENTÁRIO

O grande edifício do Palácio dos Marqueses da Praia domina a face Norte do Largo do Rato, constituindo um espécime de arquitectura simples mas harmoniosa.

Exterior

Anota-se:

A **Fachada Principal,** orientada a Sul, constituída por um corpo único, com dois andares, e nela:

O *Portal Nobre,* guarnecido de cantaria, com portas de boa madeira, chapeada de ricos lavores de bronze, e ladeada por lampeões de braço, trabalhados em ferrageria, e nos quais se ostenta a nau do brasão de Lisboa; uma ordem de onze janelas de sacada no andar nobre, estando a central guarnecida e coroada de lavores na sobreverga; outra ordem de dez janelas de peitoril, centradas pelo portal; uma porta, que serve a parte ocidental do palácio, e outra, de acesso a uma garage da casa;

A **Fachada Nascente,** sobre a Calçada de Bento Rocha Cabral, com uma ordem de cinco janelas de sacada, no andar nobre, idênticas às da frontaria, e frestas no pavimento térreo;

A **Fachada Poente,** que se continua do muro dos jardins superiores, e, nela, duas ordens de onze janelas, e, ao nível da rua, rectificado em 1939 por efeito do arranjo do Largo, uma porta de serviço;

O *edifício anexo,* na Calçada de Bento Rocha Cabral, acompanhando o desnível da calçada, com dezanove janelas de peitoril no andar superior, sete no andar inferior, e o portal simples da antiga capela privativa do palácio.

Interior

O Interior do Palácio Praia conserva ainda uma ostentação fria, na parte Nascente, mas desluzida pelo abandono a que desde há muito nessa ala está votado.

Anota-se apenas:

O **Átrio,** com tecto de estuque e pinturas ornamentais, cuja porta de fundo, que abre para a escadaria, é revestida de vitrais pobres, e em cujo tímpano se ostentam, em vidros policromados, as armas dos Praias e Monfortes (escudos conjugados oblìquamente sob coroa de marquês; o primeiro, dos Monfortes, esquartelado dos Freires — banda vermelha saindo da boca de duas serpes —, dos Albergarias — cruz sanguinha entre oito escudetes das quinas —, dos Galhardos — leopardo e flor de lis em chefe —, dos Pegados — quatro cotas de púrpura em banda —, tudo centrado pelo escudo dos Coutinhos — cinco estrelas em santor —; o segundo, dos Praias, esquartelado dos Borges — leão de ouro em campo com bordadura de dez flores de lis —, dos Medeiros — cinco águias em santor —, dos Câmaras — uma torre ladeada por dois lobos rompantes —, e dos Dias — luzeiro de ouro de dez raios —);

A **Escadaria,** que se desdobra em dois lanços, com tecto a claro escuro, no qual se rasga a claraboia envidraçada a cores;

As **Salas** do palácio são caracterizadas pelos estuques a relevo, ainda na escola João Grossi, e pela profusão de dourados, no estilo rico do século passado.

Anotam-se simplesmente o grande *Salão de Baile* e a *Sala Chinesa.*

[Circunstâncias alheias à nossa vontade não permitiram que o palácio, quer na parte desocupada, quer naquela onde reside o Marquês da Praia, pudesse ser visitado para efeitos de completa descrição].

PALÁCIO JOSÉ MARIA EUGÉNIO

Século XVIII

Fundação	1730
Reedificação	1860
Restauros e transformações	1947

[Freguesia de S. Sebastião da Pedreira]

Breve notícia histórica

No primeiro quartel do século XVIII este sitio de S. Sebastião da Pedreira, onde viria a ser edificado o palácio ainda hoje denominado «de José Maria Eugénio» — tradição oral mais próxima — era quase completamente rústico, com uma ou outra casa a animar as imediações da igreja. Fazia-se por aqui caminho para Palhavã, onde já se erguia desde há muito o Palácio dos Condes de Sarzedas. O arquitecto francês Fernando Larre, que servira D. João V, cubiçou o local e fez nele erguer, cerca de 1730, um palácio, sólido e amplo, que não sofreu grande dano pelo Terramoto. Do primeiro Larre passou a propriedade, que disfrutava de uma larga área arborizada, para um filho, e deste para o neto do fundador, Fernando Larre Garcez Lobo Palha e Almeida, que foi Provedor dos Armazéns, cargo que andava na sua família, e extinto em 1793 (o actual Largo de S. Sebastião da Pedreira chamava-se então «do Provedor dos Armazéns»). Morreu o terceiro Larre em 1797, e o palácio continuou na posse de seus descendentes, no mesmo aspecto primitivo, mas interiormente muito, beneficiado. Haviam trabalhado nas decorações o famoso estucador João Grossi, o continuador deste, Félix Salla, e os ornamentistas Biel e Gomassa.

Em 1860 a propriedade veio ás mãos de José Maria Eugénio de Almeida, opulento capitalista, um dos sócios do «real contrato do tabaco, sabão e pólvora», e foi este homem quem promoveu a reedificação e ampliação do palácio, no estado em que hoje sensìvelmente se encontra, obra levada a efeito pelo arquitecto decorador Cinatti. Com o aproveitamento da área arborizada construiu-se o Parque José Maria Eugénio, então mais dilatado, fronteiro aos jardins posteriores do palácio, os quais se estendiam até ao eixo da Avenida Duque de Ávila do nosso século, então estrada estreita com sua porta da circunvalação. O escultor Calmels trabalhou nas emoldurações exteriores da frontaria.

O Parque, rodeado inteiramente de muros ameados, tornou-se uma das curiosidades de Lisboa, e nele esteve instalado o Jardim Zoológico de 1890 a 1909.

O Palácio dos Larres perdeu o aspecto setecentista e tornou-se um belo edifício, mais burguês do que nobre, embora se houvessem aproveitado as ricas decorações interiores, à base de estuque em preciosos relevos. O filho e sucessor de José Maria Eugénio, Carlos Maria Eugénio de Almeida, pretendeu valorizar a propriedade iniciando a construção de uns anexos, em tipo inglês de castelo, destinados a cocheiras e aposentadorias, os quais não se concluiram e ainda hoje se mostram em pitoresco aspecto sobre a Estrada de Palhavã.

Carlos Maria Eugénio casara com D. Maria do Patrocínio de Barros Lima, e do casal os únicos dois filhos, Condes de Vilalva e de Arge, não sobreviveram a sua mãe, falecendo, respecvamente, em 1937 e 1939. Por morte, em 1940, da viúva de Carlos Maria Eugénio, sucedeu no senhorio da propriedade, já então reduzida na parte do Parque, por expropriações municipais, o engenheiro agrónomo, Vasco Maria Eugénio de Almeida, 2.º Conde de Vilalva, filho do primeiro do título.

Em começo de 1946 o Estado adquiriu àquele bisneto do reedificador, para o Ministério da Guerra, o palácio que fora dos Larres, provedores dos armazéns, e de José Maria Eugénio de Almeida, nome este que perdura. Realizaram-se então no edifício largas obras de beneficiação, adaptação e de nova distribuição de salas, com construção dos anexos, dentro do grande jardim posterior, e de um muro sobre a Avenida Duque de Avila, com ângulos adornados de elegantes guaritas de vigia. Estes transformações foram dirigidas pelos arquitecto António Quinina e engenheiros João de Deus Pimentel e Filipe Ribeiro.

O edifício foi destinado a Quartel General do Governo Militar de Lisboa, havendo sido inaugurado em 28 de Agosto de 1948, mas já dias antes militarizado, depois de, em 28 de Maio desse ano, no salão nobre se haver efectuado uma grande reunião de oficiais superiores do Exército.

Quanto ao que resta do formoso Parque José Maria Eugénio — onde nos últimos anos se tem realizado a «Feira Popular» — ele é ainda propriedade do Conde de Vilalva.

INVENTÁRIO

O antigo Palácio José Maria Eugénio situa-se entre o Largo de S. Sebastião da Pedreira, o começo da Estrada Palhavã, a Rua Marquês de Sá da Bandeira e a Avenida Duque de Ávila, sobre a qual se estende o recente muro do jardim, com seus portões e guaritas soerguidas. As fachadas mantêm-se como em 1860, época da reedificação.

Exterior

Assinala-se:

A **Fachada Principal,** constituída por três corpos em alinhamento obliquado nos extremos, situada no fundo de um pequeno jardim, defendido do Largo de S. Sebastião da Pedreira por uma cortina de gradeamento de três faces; e nela:

O *Corpo Central* (século XIX), no qual avultam:

Três largos portões, fechados em arco, rematados por cabeças laureadas de cantaria, e com portas magníficas de carvalho flor; o andar nobre com três janelas avançadas de balaustrada de mármore, rematadas em arco cujas guarnições são valorizadas por delicadas composições escultóricas (Anatole Calmels), constituídas cada uma por duas figuras femininas alegóricas ladeando escudetes emblemáticos; o andar superior com três janelas de peitoril; o frontão triangular em cujo tímpano se destaca um baixo relevo, de mármore, representando em «Estímulo para o Estudo» as artes e as ciências (Anatole Camels);

Os *Corpos Laterais,* cada um com uma janela em cada pavimento, sendo as do andar nobre de sacada, e rematadas por balaustrada guarnecida de vasos de mármore.

As **Fachadas Laterais,** sobre a Estrada de Palhavã e a Rua Marquês de Sá da Bandeira, idênticas, cada uma com três ordens de sete janelas, sendo de sacada as do andar nobre (a estas fachadas seguem-se os muros laterais do antigo jardim grande);

A **Fachada Posterior** (século XIX) orientada a Poente, sobre o Jardim, em alinhamento irregular mas simétrico de sete faces, constituída por cinco corpos distintos, todos rematados por balaustrada, e servida por escadaria contínua que acompanha a irregularidade arquitectónica desta fachada; e nela:

O *Corpo Central,* com três faces, sendo a do centro mais avançada, e, nele, o portão de acesso ao edifício, entre pilastras; cinco janelas de sacada no andar nobre, sendo a do centro guarnecida de varanda de balaustres que assenta sobre o entablamento do portão; cinco janelas de peitoril no andar nobre;

Os dois *Corpos Intermédios,* recuados, cada um com duas ordens de duas janelas, sendo de sacada as do andar nobre;

Os dois *Corpos Extremos,* levemente avançados, com uma janela em cada andar, sendo as do andar nobre sobrepujados de cornija em arco saliente;

O **Jardim,** que enfrenta a Fachada Posterior citada, ainda com arborização do século passado, no qual foram construídos (1946-1948) os anexos do aquartelamento militar — «formação» —, num dos quais se vê, a fresco, um quadro de Kradofler «Velada de Cavaleiros», e defendidos das ruas por muros de cantaria;

A *Fachada do Jardim* (1947-1948), sobre a Avenida Duque de Ávila, toda em muro de cantaria, e na qual avultam, sob mirante guarnecido de quatro grandes pináculos de liós, três amplos portões de gradeamento que fecham em arco de volta perfeita, e duas guaritas de vigia, em pedra, cupuladas e a meia altura, em cada ângulo do muro, que se continua, em cantaria, até entroncar nos corpos laterais do palácio.

Interior

O Interior do antigo Palácio José Maria Eugénio é notável pela sua exuberância de estuques de arte, e por alguns pormenores decorativos, além dos belos «parquets» das salas principais e prodigalidade de materiais nobres.

Anota-se:

O **Átrio Principal,** rectangular, que nasce do pequeno jardim adiante da frontaria sobre o Largo de S. Sebastião da Pedreira, e nele: o *tecto,* em quadrelas geométricas de estuque de relevo branco; duas portas cada uma em seu topo longitudinal, com verga de mármore e coroamento escultórico de estuque; quatro medalhões, assentes em placas de estuque, ladeando as portas, e representando, com legenda, Vasco da Gama, Luís de Camões, Isaac Newton e Rafael de Urbino; porta de fundo, ladeada por duas janelas de parapeito, e que conduz ao corredor em ligação com o átrio posterior; chão de placas de mármore de dois tons;

Átrio Posterior, que nasce do jardim grande, oitavado, rectangular, e nele: o tecto de estuque, com oito medalhões em pintura a sépia, em têmpera, representando alegorias a caçadas; a porta para o jardim ostenta vidros finos com o escudete com as iniciais J. M. E., coroadas de conde;

A *Sala da Biblioteca*, no pavimento inferior, que nasce do átrio principal, à direita, e na qual se notam: as portas de madeira de carvalho flor, os tectos de estuque branco em relevo, com oval central e rosetas, dois bons fogões de mármore de azulino italiano; armações de estantes em carvalho flor;

A **Escadaria**, que nasce do corredor que liga os dois átrios, com dois primeiros lanços, um de cada lado, e que no patamar intermédio se desdobram em curva até atingirem a galeria; e nela:

O *tecto*, rectangular e abaulado, em esteiras de estuque de bons relevos apatinados a marfim, e no qual recentemente foi aberta uma claraboia; as *paredes* revestidas de silhares de placas de mármore e de estuques de relevos, nas faces dos quais avultam seis grandes espelhos de cristal, emolduradas de mármore, e sobrepujados por composição escultórica de meninos ladeando o escudete emblemático, com iniciais entroncadas do reedificador; à altura superior óculos iluminantes de vidro, em cada um dos quais se vê, pintada, uma águia vermelha; a *balaustrada* contínua, de cantaria com acrotérios, com corrimão de pedra liós pulida, e em cujo nascimento e fecho superior da galeria se situam oito candelabros de bronze, quatro em cada piso; a *galeria*, rectangular, guarnecida de balaustrada, e na qual se assinalam duas portas de teca, uma em cada topo, guarnecidas por pilastras que rematam em cariátides masculinas, e sobrepujadas, acima do semi-arco do fecho, por composição escultórica idêntica ás da moldura dos espelhos das paredes.

São muitas as **Salas**, câmaras e dependências do palácio, nos três pavimentos, fazendo-se aqui referência às principais do andar nobre, quase todas elas, por efeito dos restauros e adaptações recentes, encurtadas em extensão para acréscimo de dependências úteis, mas sem prejuizo do conjunto arquitectónico interior, e com salvaguarda do todo artístico.

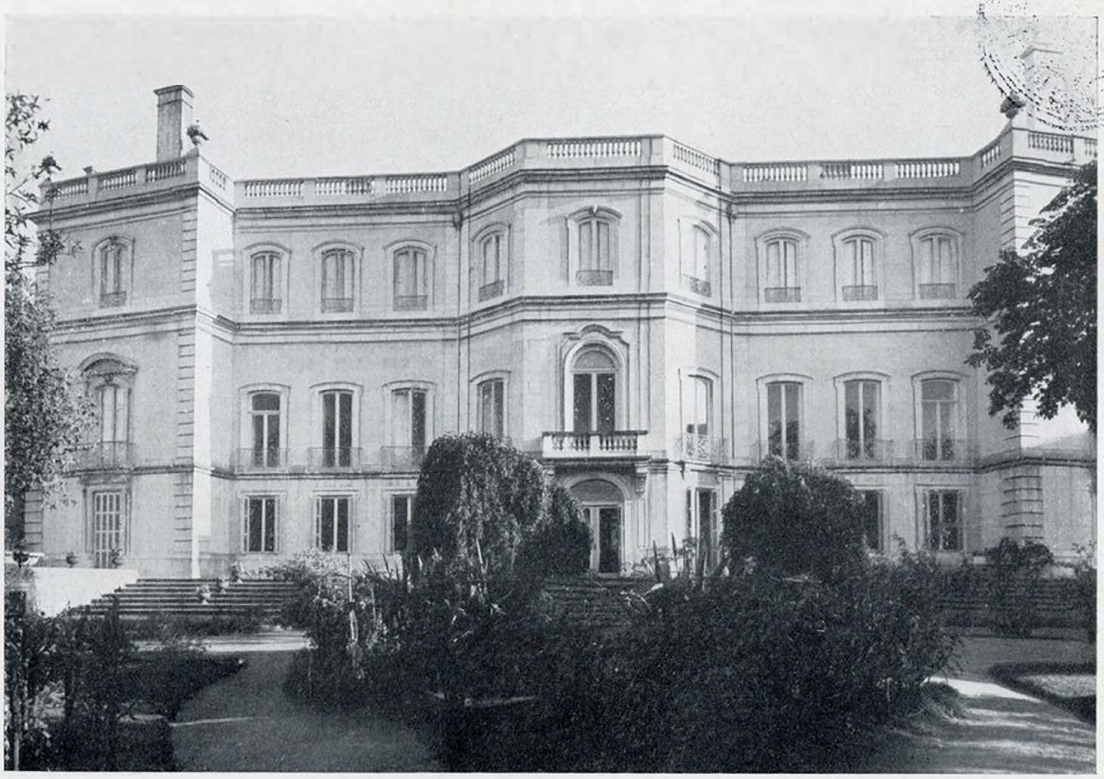
Citam-se:

O antigo **Salão Nobre** (actual Sala dos ajudantes), rectangular, na ala posterior Poente, e nele:

Três janelas que correspondem à varanda central sobre o Jardim Grande; porta de acesso, na face oposta, que abre da galeria; três portas em cada topo, sendo duas de madeira com entalhamentos patinados, e uma, também com entalhamentos, mas com fundo de cristal (destas seis portas, objecto de transformação recente da disposição da sala, apenas uma em cada topo é real, sendo as outras falsas, de armário); *tecto* revestido de ricos relevos de estuque, em grandes rosetas e quadrelas geométricas, envolto por sanca também de relevo; as *paredes*, seccionadas por pilastras unas ou geminadas, recobertas de entalhamentos com fundos de estuque liso patinado de marfim, notando-se um espelho de cada lado da porta da galeria; lustre rico e chão de «parquet» (como todas as salas do palácio);

PALÁCIO JOSÉ MARIA EUGÉNIO

Fachada principal sobre o Largo de S. Sebastião da Pedreira (pág. 48)



Fachada posterior, de linhas irregulares, sobre os jardins (pág. 49)

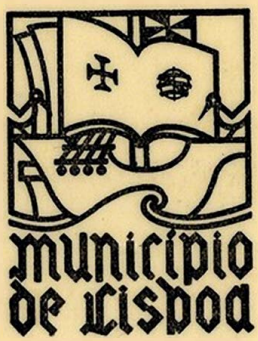
Uma grande **Sala,** na ala direita do edifício, sobre a Rua Marquês de Sá da Bandeira, e nela: cinco janelas com composições escultóricas nas sobreportas, idênticas às da galeria; *tecto* magnífico de altos relevos de estuque; paredes também caracterizadas por decorações de estuque em relevos delicados, embelezadas por três espelhos emoldurados a ouro; *fogão* monumental, de mármore verde italiano, com guarnições e enfloramentos de metal dourado nas colunas e entablamento, e alçado alto guarnecido também por aplicações de metal. (Nesta sala vêem-se 48 retratos fotográficos de governadores militares de Lisboa, desde o Duque da Terceira ao último que serviu, colecção de interesse iconográfico).

Outra **Sala,** na ala oposta à anterior citada, idêntica nas decorações de estuque artístico, variando apenas nos desenhos de relevo, também com lustre, chão de «parquet», mas variando o tipo do *fogão*, este de mármore de Carrara, e menos sumptuoso que o da outra sala similar;

Uma **Sala** de espera, no corpo central da fachada principal, com três janelas sobre o pequeno jardim, e caracterizada igualmente por decorações de estuque em relevo, vendo-se nela dois *fogões*, de mármore rosa, com lavores escultóricos;

Outras *salas* valorizam o palácio, todas à base de decorações de estuque artístico e chãos de «parquet», entre as quais uma no ângulo Norte sobre o jardim grande, na qual, após os recentes restauros, se julgou conveniente conservar nas paredes ricos tecidos, de fundo tipo brocado, emoldurados como espelhos.

COMPOSTO E IMPRESSO
NAS OFICINAS GRÁFICAS
DA C. M. L.



0316374
INVENTARIO DE LISBOA

PREÇO
12$50